

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 51/23**

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS CABINES DE FORÇA DOS PRÉDIOS SEDE E ANEXO II DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - TCESP**

**SEI - PROCESSO nº 13071/2022-96**

**OFERTA DE COMPRA nº 020101000012023OC00083**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/01/2024, 10h.**

O **Senhor Diretor Técnico do Departamento Geral de Administração**, usando da competência delegada pela Presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Complementar nº 709/93 e do disposto no Inciso XX, do artigo 27 do Regimento Interno e nas Resoluções nº 1/97 e nº 4/97, torna público que se acha aberta neste Tribunal, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO DO ITEM – SEI - Processo nº 13071/2022-96**, objetivando a **manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP**, sob o regime de **empregada por preço global**, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pela Resolução nº 6/20 (DOE de 19/09/20), pela Resolução nº 10/18 (DOE de 01/11/18), aplicando-se, subsidiariamente, **no que couberem**, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto Estadual nº 47.297, de 6 de novembro de 2002, do Decreto Estadual nº 63.722, de 21 de setembro de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e alterações, e das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**VISTORIA: Não é obrigatória.** O licitante interessado em participar deste certame poderá realizar vistoria para verificação dos locais de instalações, dos equipamentos, das medidas e demais interferências, durante o período compreendido entre a data de publicação deste Edital e 1 (um) dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública. Se houver interesse em realizá-la, o interessado deverá agendá-la em horário de expediente e com antecedência junto à **Diretoria de Serviços (DS)**, pelo **telefone (11) 3292-3321**.

## LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

**Prédio Sede:** Avenida Rangel Pestana, 315 - Centro, São Paulo/SP, CEP: 01017-906.

**Prédio Anexo II:** Rua Venceslau Brás, 183 – Centro, São Paulo/SP, CEP: 01016-000.

As **propostas** deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e **serão encaminhadas por meio eletrônico**, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A **sessão pública** de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

Integram este Edital os **Anexos de I a VI**.

**ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES:** até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, serão formulados em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL e **serão respondidos** pelo subscritor do Edital, **no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública**.

Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** A despesa total, estimada em **R\$ 187.265,89** (cento e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), onerará os recursos orçamentários e financeiros, reservados na Funcional Programática: 01.032.0200.4821 - Elemento: 3.3.90.39.79.

## 1- OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

## 2- PARTICIPAÇÃO

**2.1-** Poderão participar deste Pregão empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação e que estiverem registradas no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro;

**2.1.1-** O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome do licitante no sistema de Pregão Eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer Pregão Eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP;

**2.1.2-** As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br).

**2.2-** A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação e que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

**2.3-** O licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

**2.4-** Cada representante credenciado poderá representar apenas um licitante, em cada Pregão Eletrônico.

**2.5-** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**2.6-** Para o exercício do **direito de preferência** e fruição do **benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista**, previstos neste Edital, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro do licitante junto ao CAUFESP.

**2.7-** Além das vedações estabelecidas pelo **artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93**, não será permitida a participação de empresas:

- a) **Estrangeiras que não funcionem no País;**
- b) **Reunidas sob a forma de consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição;



- c) **Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar** com órgãos da Administração do Estado de São Paulo nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e da Súmula nº 51 deste Tribunal de Contas;
- d) **Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/98;**
- e) **Declaradas inidôneas** pelo Poder Público e não reabilitadas; e
- f) **Que estejam em regime de recuperação extrajudicial.**

### 3- PROPOSTA

**3.1-** As **propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico** disponível no endereço [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) na opção “PREGAO - ENTREGAR PROPOSTA”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo os licitantes, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumprem integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

**3.2-** A proposta de preço deverá conter o seguinte elemento:

**3.2.1- Valor Total Geral do Item Único com BDI**, em algarismos, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, **incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos incidentes**, assim como todas as **despesas diretas ou indiretas** relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

**3.3-** O **prazo de execução dos serviços** é de até **120** (cento e vinte) **dias corridos**, conforme Cronograma Físico-Financeiro dos Serviços constante do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, contados a partir da data indicada pelo **CONTRATANTE na Autorização para Início dos Serviços**.

**3.4-** O **prazo de garantia** dos serviços, peças e componentes será de **12** (doze) **meses**, ou, no caso de peças e componentes, conforme padrão do fabricante, se esta for maior, contados a partir da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

**3.5-** O prazo de **validade da proposta será de 60** (sessenta) **dias** contados da data da sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

**3.6-** O objeto ofertado deverá atender, sob as penas da lei, a todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**3.7-** Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital. É vedada apresentação de proposta parcial para o **item único**, devendo o licitante

contemplar **todos os subitens que o integram.**

#### 4- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1- O julgamento da Habilitação se processará após a fase de lances e negociação, mediante o **exame dos documentos a seguir relacionados**, os quais dizem respeito a:

##### 4.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) **Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores**, tratando-se de sociedade empresária;
- d) **Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) **Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira** no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

##### 4.1.2- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- b) Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de **regularidade de débito com a Fazenda Municipal** da sede ou do domicílio do licitante relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por



Tempo de Serviço (**FGTS**);

- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

#### 4.1.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de **falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de **recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**b.1)** Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial em vigor.

#### 4.1.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / OPERACIONAL

##### a) Qualificação Operacional:

**a.1)** Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de **Atestado(s)** ou **Certidão(ões)**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, que indique(m) experiência na **execução de serviço(s) de conservação técnica ou manutenção junto à cabina de força com capacidade mínima de fornecimento de 1100 kVA.**

#### 4.1.5- OUTRAS COMPROVAÇÕES

Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo mostrado no **Anexo IV** deste Edital, atestando que:

- a) Nos termos do **inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993** e alterações, a empresa encontra-se em **situação regular perante o Ministério do Trabalho**, no que se refere à observância do disposto no **inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal**;
- b) A empresa atende às **normas relativas à saúde e segurança no Trabalho**, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
- c) Está ciente de que registro(s) no **CADIN ESTADUAL** (Lei Estadual nº 12.799/08) **impede(m) a contratação** com este Tribunal de Contas;
- d) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto



ao **TCESP**, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. **Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo / DOE-TCESP (endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>);**

- e) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, **ainda**, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- f) **Para microempresas ou empresas de pequeno porte:** a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- g) Está ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, **foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. Havendo divergência entre a descrição do serviço existente neste Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido neste Edital e seus anexos;**
- h) Está ciente sobre a observação das disposições da **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações**, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;
- i) A empresa não se encontra em regime de recuperação extrajudicial.

## 4.2- DISPOSIÇÕES GERAIS

**4.2.1-** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, este Tribunal de Contas aceitará como válidas as expedidas até **180** (cento e oitenta) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

**4.2.2-** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

- a) Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o

participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

## 5- DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

**5.1-** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará **início à sessão pública** do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

**5.2-** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

**5.2.1-** Serão **desclassificadas** as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados neste Edital;
- b) Que apresentem preço baseado em proposta dos demais licitantes; e
- c) Que contenham qualquer elemento que permita a identificação do licitante, até a fase de lances (inclusive) no processo licitatório.

**5.2.2-** A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro;

**5.2.3-** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes;

**5.2.4-** O eventual **desempate** de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

**5.3-** Nova **grade ordenatória** será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

**5.4-** Será **iniciada a etapa de lances**, com a participação de todos os licitantes detentores de propostas classificadas;

**5.4.1-** A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico:

- a) Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou inferiores ao do último valor apresentado pelo próprio licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a **redução mínima** no valor de **R\$ 1.400,00** (mil e quatrocentos reais), aplicável, inclusive, em relação ao primeiro lance formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor;
- b) A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o **Valor Total Geral do Item Único com BDI**.

**5.4.2-** A etapa de lances terá a duração de **15** (quinze) **minutos**:

- a) A duração da **etapa de lances será prorrogada automaticamente** pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos **3** (três) **minutos** do período de que trata este subitem ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática;
- b) Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem anterior, **a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente**, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

**5.4.3-** No decorrer da etapa de lances, os licitantes serão informados pelo sistema eletrônico:

- a) Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- b) Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

**5.4.4-** A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no **subitem 5.4.2**.

**5.5- Encerrada a etapa de lances**, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a **classificação final**, em ordem crescente de valores;

**5.5.1-** Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada licitante.

**5.6-** Com base na **classificação final**, será assegurada aos licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte **preferência à contratação**, observadas as seguintes regras:

**5.6.1-** A **microempresa ou empresa de pequeno porte** detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos **valores sejam iguais ou superiores até 5%** (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de **5** (cinco) **minutos**, sob pena de preclusão do direito de preferência e, ainda, no **caso de empate**, a convocação recairá sobre o licitante vencedor de **sorteio**, nos termos da Lei;

**5.6.2-** Não havendo apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no **subitem 5.6.1**;



**5.6.3-** Na grade ordenatória da classificação final, caso a detentora da melhor oferta seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço;

**5.6.4-** Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada **não for aceita**, ou for **desclassificada** ou **inabilitada**, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos **subitens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3** deste Edital, se for o caso.

**5.7-** O **Pregoeiro poderá negociar** com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições anteriores, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

**5.8-** Após a negociação, se houver, o **licitante classificado em 1º lugar / ofertante do menor preço** deverá compor e apresentar os valores constantes da **Proposta/Planilha de Preços, conforme modelo apresentado no Anexo II deste Edital**. Esta proposta/planilha de preços deverá ser encaminhada através do **campo próprio do sistema BEC**, e deverá conter os seguintes elementos:

- a) **Valores unitários e totais referentes a material e à mão de obra, totalização por subitem, valor total geral sem BDI, Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), e valor total geral com BDI**, em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, **incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos incidentes**, assim como todas as **despesas diretas ou indiretas** relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- b) O **prazo de execução dos serviços** é de até **120** (cento e vinte) **dias corridos**, conforme Cronograma Físico-Financeiro dos Serviços constante do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, contados a partir da data indicada pelo **CONTRATANTE na Autorização para Início dos Serviços**;
- c) O **prazo de garantia** dos serviços, peças e componentes será de **12** (doze) **meses**, ou, no caso de peças e componentes, conforme padrão do fabricante, se esta for maior, contados a partir da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**;
- d) O prazo de **validade da proposta será de 60** (sessenta) **dias** contados da data da sessão de processamento do Pregão Eletrônico;
- e) Declaração, sob as penas da lei, de que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;
- f) Declaração de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação da proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, fretes e lucro.

**5.8.1-** Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital. É

vedada a apresentação de proposta parcial para o **item único**, devendo o licitante contemplar **todos os subitens que o integram**;

**5.8.2-** Nesta fase, será possível o envio de **um único documento Proposta/Planilha de Preços**, não sendo possível, **através do sistema BEC**, a sua substituição ou inclusão de outros. Caberá ao Pregoeiro, atendendo ao princípio de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, decidir sobre a possibilidade de retificação ou complementação de informações;

**5.8.3-** Após o recebimento do documento do licitante ofertante do menor preço, o Pregoeiro irá analisá-lo e **examinará a aceitabilidade do menor preço assim como a conformidade da proposta com o disposto neste Edital e no Termo de Referência**, decidindo motivadamente a respeito;

**5.8.4-** Se o licitante **deixar de encaminhar o documento referido no subitem 5.8**, ou em caso de o **Pregoeiro decidir pela inaceitabilidade da proposta, os seus preços serão considerados inaceitáveis**;

**5.8.5-** O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários;

**5.8.6-** A **aceitabilidade** de preços será aferida a partir dos valores de mercado vigentes apurados mediante pesquisa realizada por este Tribunal de Contas, juntada aos autos.

**5.9-** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao **juízo de habilitação**, conforme o Item 6 deste Edital.

**5.10-** Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os **subitens 5.5 e 5.6** deste Edital, **examinará a oferta subsequente** de menor preço, **negociará** com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável, passando então à **fase de habilitação**.

## **6- DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**6.1-** Na fase de habilitação:

- a)** O Pregoeiro verificará os dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no **Item 4 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deste Edital;
- b)** Caso os dados e informações constantes do CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no Item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de **suprir ou sanar eventuais omissões ou falhas**, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;



- b.1)** Tal verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c)** O licitante poderá suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie durante a fase de habilitação, por meio de ferramenta disponibilizada no “chat” (**clique no pictograma em forma de clipe, escolher o arquivo e clicar em “abrir”**);
- c.1)** Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” deste subitem, serão apresentadas, obrigatoriamente, na forma indicada na alínea “c” acima, as declarações a que se refere o **subitem 4.1.5**, bem como demais documentos exigidos no **Item 4** deste Edital que não constarem do cadastro junto ao CAUFESP;
- d)** Este Tribunal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas **indisponibilidades** e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada;
- e)** Os **originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” (exceto aqueles documentos eletrônicos cuja autenticidade já tenha sido aferida nos respectivos sítios dos órgãos emissores (tais como FGTS, CNDT, entre outros), deverão ser apresentados por meio do Protocolo Digital ou por Correspondência:**

- **PROCOLO DIGITAL:** <https://www.tce.sp.gov.br/protocolo-digital>

Havendo necessidade de realizar o cadastro prévio:

[https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro\\_usuario.xhtml](https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro_usuario.xhtml)

Endereçando o arquivo para a **Comissão Permanente de Licitação** com o número do Pregão Eletrônico e do Processo SEI;

- **CORRESPONDÊNCIA:** Correio com AR, Sedex ou Remessa Expressa, endereçando à **Comissão Permanente de Licitação do TCESP** com o número do Pregão Eletrônico e do Processo SEI, localizada na Rua Venceslau Brás, 183, térreo, Prédio Anexo-II Centro, São Paulo/SP, CEP: 01016-000;

**Prazo para envio: até 2 (dois) dias úteis após o encerramento da**



**sessão pública**, prorrogáveis por igual período a contar da data de comunicação do Pregoeiro, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;

**e.1) Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais** para que sejam autenticados por servidor da administração (estes poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio mediante solicitação de agendamento encaminhada para o e-mail: [cpl@tce.sp.gov.br](mailto:cpl@tce.sp.gov.br)), ou por publicação em órgão da imprensa oficial;

**e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;**

**f) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato**, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no subitem 4.1.2, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

**f.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte**, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação da **homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério deste Tribunal de Contas, **para a regularização da documentação** com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

**f.2) A não regularização da documentação** no prazo previsto na alínea "f.1" **implicará na decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório;

**g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor** do certame;

**h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará aos demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais do licitante vencedor utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.**

**6.2- Se o licitante desatender às exigências para a habilitação**, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os **subitens 5.5 e 5.6** deste Edital, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação

e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## 7- RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**7.1-** Divulgado o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor **recurso**, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

**7.2- Havendo interposição de recurso**, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais com as razões de recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis** após o encerramento da sessão pública, e aos demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, neste Tribunal de Contas, na **Sala da Comissão Permanente de Licitação**, localizada na Av. Rangel Pestana, 315 - 15º andar, Prédio Sede, Centro, São Paulo - SP, e-mail: [cpl@tce.sp.gov.br](mailto:cpl@tce.sp.gov.br).

**7.3-** Os **memoriais de recurso e as contrarrazões** serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio <http://www.bec.sp.gov.br>, opção RECURSO e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada por meio do PROTOCOLO DIGITAL: <https://www.tce.sp.gov.br/protocolo-digital>, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, observados os prazos estabelecidos no subitem 7.2.

**7.4-** A **falta de interposição de recurso** importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

**7.5- Decididos os recursos** e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**7.6-** O recurso terá **efeito suspensivo** e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**7.7-** A adjudicação será feita pela **totalidade do objeto**.

## 8 - DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

**8.1-** Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

**8.2-** A **desconexão do sistema eletrônico** com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:



**8.2.1- Fora da etapa de lances:** a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Nesse caso, se a desconexão persistir por tempo superior a **15** (quinze) **minutos**, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

**8.2.2- Durante a etapa de lances:** a continuidade da apresentação de lances pelos licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

**8.3-** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 9 - CONTRATAÇÃO

**9.1-** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de **termo de contrato**, a ser assinado eletronicamente pela adjudicatária no **prazo de 5** (cinco) **dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério deste Tribunal de Contas, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

**9.1.1-** A adjudicatária será cientificada da disponibilização do Contrato para assinatura **exclusivamente por meio do e-mail informado no documento “Modelo Arquivo Declarações” anexo ao Edital;**

**9.1.2-** A adjudicatária deverá solicitar seu login e senha **para assinatura eletrônica do Contrato** em conformidade com a regulamentação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito deste Tribunal de Contas. Maiores informações poderão ser obtidas junto à **Seção de Contratos – DCP-1, pelos telefones (11) 3292-3359 / 3292-3765, e-mail: [dcp1@tce.sp.gov.br](mailto:dcp1@tce.sp.gov.br).**

**9.2-** Se, por ocasião da formalização do contrato, a documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** estiver com os **prazos de validade vencidos** no CAUFESP, este Tribunal de Contas verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

**a)** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de **2** (dois) **dias úteis**, comprovar a situação de regularidade mediante a apresentação da respectiva documentação, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**9.3- Constituem também condições para a celebração da contratação:**

**a) Inexistência de registros** em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do

Estado de São Paulo - **CADIN ESTADUAL**", o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração;

**b) Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial:** apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da adjudicatária, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, **ainda**, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

**c) Prestação de Caução em Garantia.** Este Tribunal de Contas exigirá da **CONTRATADA** garantia no valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor total do contrato, que deverá ser efetivada antes de sua assinatura, podendo ser prestada por uma das seguintes modalidades (a **não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato**, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas):

**c.1) Caução em dinheiro:** a ser recolhida nas agências do Banco do Brasil S.A. ou demais bancos autorizados a receber receitas de DARE-SP, com fornecimento de comprovante de pagamento com autenticação digital;

**c.2) Títulos da dívida pública;**

**c.3) Seguro-garantia ou fiança bancária**, na forma da legislação vigente, que deverão conter, conforme o caso: **i)** Prazo de validade correspondente ao início do período de vigência do contrato até o recebimento definitivo ou término do prazo de execução; **ii)** expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações; **iii)** Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **10 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE PAGAMENTO**

**10.1-** As condições de execução dos serviços e de pagamento estão dispostas no **Termo de Referência** e na **Minuta de Contrato**, que integram este Edital como anexos.

**10.2-** Para a execução dos **serviços de inspeção termográfica, serviços de teste específico de resistência, aferição/calibração de instrumentos e serviços de serralheria** será permitida a subcontratação;



**10.2.1-** A proposta de subcontratação, no ato da execução, deverá ser apresentada por escrito, e somente após a aprovação da **Comissão de Fiscalização** os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados;

**10.2.2-** Este Tribunal de Contas **não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas**, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a **CONTRATADA**, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.

## **11 - DAS HIPÓTESES DE RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1-** Serão convocados os demais licitantes classificados para participar de **nova sessão pública** do Pregão com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária:

- a) Se **recusar a assinar o contrato** ou quando convocada à assinatura, dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ou não atender a todas as condições para a celebração da contratação;
- b) No caso de microempresa(s) e/ou empresa(s) de pequeno porte declarada(s) vencedora(s) com irregularidade fiscal e/ou trabalhista nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações, **deixar(em) de apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista** para fins de assinatura do contrato;
- c) **Deixar de apresentar no prazo estabelecido os documentos de habilitação, nos termos do subitem 6.1, alínea “e” do Edital.**

**11.2-** A nova sessão será realizada em prazo, não inferior a **3 (três) dias úteis**, contados da divulgação do aviso.

**11.3-** A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo / DOE-TCESP (endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>) e no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br).

**11.4-** Na sessão, respeitada a ordem de classificação de que tratam os **subitens 5.5 e 5.6** deste Edital, passar-se-á diretamente à fase de negociação.

## **12 - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO**

**12.1-** Ficará **impedida de licitar e contratar**, nos termos da **Súmula nº 51 deste Tribunal de Contas**, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, a pessoa física ou jurídica que

praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**12.2-** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na **Resolução nº 6**, de 18 de setembro de 2020, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e será registrada no CAUFESP, na relação de apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2020, e no sítio [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br).

### **13 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1-** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.2-** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, do regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

**13.3-** O sistema manterá sigilo quanto à identidade dos licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta, e, para os demais, até a etapa de habilitação.

**13.4-** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo / DOE-TCESP (endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>) e no sítio eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), opção "Pregão Eletrônico".

**13.5-** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pela Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - BEC/SP.

**13.6-** Qualquer referência à marca e ao modelo de equipamentos e de materiais constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, é meramente exemplificativa, admitindo-se a oferta de produtos similares.

**13.7 -** Integram o presente Edital:

- a)** Anexo I - Termo de Referência;
- b)** Anexo II - Proposta/Planilha de Preços;
- c)** Anexo III - Minuta de Contrato;
- d)** Anexo IV- Modelo Arquivo Declarações;



**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

e) Anexo V - Ordem de Serviço GP nº 02/2001; e

f) Anexo VI - Resolução nº 6, de 18 de setembro de 2020.

**13.8-** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**Carlos Eduardo Corrêa Malek**  
**Diretor Técnico**  
**Departamento Geral de Administração**

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO nº 51/23- TCESP

### I.OBJETO

Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP.

### II.JUSTIFICATIVA

- 1 - A manutenção periódica é de fundamental importância para se evitar falhas no fornecimento de energia elétrica e garantir a segurança de usuários e instalações.
- 2 - A presente contratação visa a manutenção das cabines de força dos prédios do TCESP localizados na capital englobando inspeção, limpeza geral, reaperto, medições, substituição de componentes e reparos de partes que apresentam defeito.

### III.LOCAL

- 1 - Prédio Sede - Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo/SP;
- 2 - Prédio Anexo II - Rua Venceslau Brás, 183 - Sé - São Paulo/SP.

### IV.VISTORIA

A realização de vistoria prévia para verificação das medidas e demais interferências pelos proponentes possui caráter facultativo.

### V.ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

- 1 - Os serviços compreendem a manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do TCESP com fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para a realização dos serviços e para o pleno funcionamento do sistema.
  - 1.1 - O CONTRATANTE não disponibilizará quaisquer ferramentas, equipamentos ou materiais para a realização dos trabalhos;
  - 1.2 - Incluso a substituição de elementos, reparos, isolantes e partes consumíveis necessários à realização dos serviços;
  - 1.3 - Caso haja a necessidade de remoção de unidades, para testes ou procedimentos dos serviços descritos, não poderá haver interrupção no fornecimento de energia elétrica durante o horário normal de expediente, sendo necessária a previsão de infraestrutura para continuidade dos trabalhos;
  - 1.4 - Quando da necessidade de desligamentos de energia elétrica, deverá haver comunicação prévia à Comissão de Fiscalização.

1.4.1 - Comunicações e autorizações junto à Concessionária são de responsabilidade da Contratada;

1.4.2 - Eventuais custos relativos a testes em laboratório e taxas cobradas pela concessionária correrão às expensas da Contratada.

2 - O **prédio Sede** possui 15.425,92 m<sup>2</sup> de área construída, contendo 18 (dezoito) andares além do térreo e 02 (dois) subsolos, apresentando 05 (cinco) elevadores, sistemas de segurança, sistema de pressurização de escada de emergência, grupo gerador e sistema de ar-condicionado descentralizado. Junto ao prédio Sede, encontra-se o Prédio Anexo I, que possui 7.676,03 m<sup>2</sup> de área construída, com 06 (seis) andares, térreo, andar Auditório, Sobre Auditório e 04 (quatro) subsolos, contendo 03 (três) elevadores, sistemas de segurança e sistema de refrigeração central tipo VRV.

2.1 - Os prédios Sede e Anexo I são abastecidos pela mesma cabine de força abrigada e localizada no 1º subsolo do prédio Sede, com 12,30 x 8,00 m de área e pé direito de 4,20 m, contendo dois armários de aço que guardam os dispositivos de seccionamento e manobra, alimentados pela rede da Concessionária (Enel), 3 fases, 60 Hz, conectada por 38 cabos XLPE 500 MCM a disjuntores marca Beghim, modelo DM-1 de 1.600 A com capacidade de interrupção de 50 kA.

2.2 - A cabine de força no prédio Sede/Anexo I é composta, basicamente, por:

2.2.1 - 11 painéis elétricos marca Beghim:

| Qtde. | Dimensão (mm) |
|-------|---------------|
| 1     | 1700 x 2000   |
| 1     | 1800 x 2000   |
| 2     | 1600 x 2000   |
| 3     | 600 x 1000    |
| 4     | 600 x 2000    |

2.2.2 - 14 disjuntores de caixa aberta marca Beghim:

| Modelo | Corrente nominal (A) | Qtde |
|--------|----------------------|------|
| DM-4   | 4000                 | 1    |
| DM-3   | 3200                 | 3    |
| DM-1   | 2000                 | 1    |
| DM-1   | 1600                 | 8    |
| DM-1   | 1250                 | 1    |

2.2.3 - 41 disjuntores de caixa moldada marca Beghim:

| Modelo | Corrente nominal (A) | Qtde |
|--------|----------------------|------|
|--------|----------------------|------|



|            |     |    |
|------------|-----|----|
| GSH<br>400 | 400 | 3  |
| GSH<br>250 | 250 | 7  |
| GSH<br>160 | 160 | 3  |
| GSH<br>100 | 100 | 29 |

- 2.2.4 - 1 disjuntor marca Siemens, modelo VL1250,  $I_n = 1000$  A;
- 2.2.5 - 1 disjuntor marca ABB, modelo TmaxT5N 630,  $I_n = 630$  A;
- 2.2.6 - 34 sinalizadores;
- 2.2.7 - 26 botoeiras;
- 2.2.8 - 8 medidores analógicos – fabricante Beghim;
- 2.2.9 - 8 chaves seletoras;
- 2.2.10 - 39 fusíveis;
- 2.2.11 - 3 transformadores trifásicos – tipo seco – fabricante Zilmer ( $P_{nominal} = 1$  MVA – 380/220 V);
- 2.2.12 - Barramento do tipo *Busway*.

3- **O prédio Anexo II** possui 09 (nove) andares, 01 (um) pavimento intermediário, térreo e 03 (três) subsolos, totalizando área construída de 12.827,67 m<sup>2</sup>, apresentando sistemas de segurança, 03 (três) elevadores, sistema de refrigeração VRV e infraestrutura para CPD com grupo gerador.

3.1- A cabine de força está localizada no 3<sup>o</sup> subsolo, próxima às câmaras de transformação, tendo como dimensões 5,25 x 6,30 m e pé direito de 3,00 m, recebendo energia em baixa tensão – BT, 03 fases (380 V), 60 Hz, alimentada por 36 cabos XLPE 500 MCM em canaleta de alvenaria no piso e disjuntores da marca Beghim, modelo DM-1 de 1.600 A.

3.2- A cabine é composta, basicamente, por:

- 3.2.1 - 2 painéis elétricos – marca Beghim – dimensão 1200 x 2500 mm;
- 3.2.2 - 4 disjuntores marca Beghim, modelo DM-1,  $I_n = 1600$  A;
- 3.2.3 - 1 disjuntor marca Terasaki, modelo TO600BA,  $I_n = 600$  A;
- 3.2.4 - 4 chaves seccionadoras:

| Marca     | Modelo | Corrente nominal (A) |
|-----------|--------|----------------------|
| Beghim    | SAF-4  | 400                  |
| Beghim    | SAF-10 | 1000                 |
| Beghim    | SF-6   | 600                  |
| Semitrans | EFE    | 1250                 |



- 3.2.5 - 19 seccionadores-fusíveis marca Siemens, modelo DIN43620,  $I_n = 63$  A;
- 3.2.6 - 6 medidores digitais, marca HB;
- 3.2.7 - 1 medidor analógico, marca HB;
- 3.2.8 - 7 chaves seletoras.

## **VI. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **1- Quadro Geral e demais quadros do prédio Sede/Anexo I**

**1.1 - Manutenção preventiva** do Quadro Geral de Baixa Tensão – QGBT e demais quadros de distribuição, incluindo dispositivos de proteção e manobra, cabos, barramentos, instrumentos de medição, circuitos de controle, sinalização e proteção, contemplando, no mínimo, os seguintes procedimentos:

**1.1.1 -** Adoção de procedimentos de segurança para desenergização das instalações mediante o desligamento da energia, bloqueio, isolamento, aterramento, proteção e sinalização da área da cabine de força;

**1.1.2 -** Quadros:

- a*- Limpeza geral com utilização de aspirador de pó, compressor de ar e produtos de limpeza adequados;
- b*- Lubrificação e checagem das conexões com os ajustes necessários (reapertos) dos painéis elétricos e componentes;
- c*- Verificação funcional das fechaduras e portas/tampas dos painéis;
- d*- Organização do cabeamento;
- e*- Serviço abrange barramento e cabeamento e suas correlatas conexões (**unidade de medida = área do painel dos armários**).

**1.1.3 -** Chaves seletoras:

- a*- Verificação da adequação do funcionamento às especificações do fabricante e às normas vigentes;
- b*- Limpeza, verificação das condições do cabeamento, lubrificação dos contatos e reaperto das conexões.

**1.1.4 -** Disjuntores e dispositivos auxiliares:

- a*- Verificação da adequação do funcionamento às especificações do fabricante e às normas vigentes;
- b*- Limpeza, verificação das condições do cabeamento, lubrificação dos contatos, reaperto das conexões;
- c*- Realização de testes de resistência de isolamento, resistência de contato e tempo de abertura e fechamento dos disjuntores.
- d*- Dispositivos que apresentem as funcionalidades prejudicadas deverão ser apontados com indicação de sua localização e especificação técnica.

**1.1.5 -** Circuitos de controle e sinalização:

- a*- Verificação do funcionamento adequado dos circuitos;
- b*- Limpeza, verificação das condições do cabeamento e reaperto das



conexões;

c- Todos os circuitos de sinalização deverão encontrar-se funcionais após conclusão dos trabalhos.

1.2- **Manutenção corretiva** no disjuntor (modelo GSH400) com identificação “ELEV. NR.3 – SEDE” com a substituição da alavanca de manobra de acionamento automático (alavanca rodando em falso).

## 2- Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Sede/Anexo I

2.1- **Manutenção preventiva** nos disjuntores de caixa aberta motorizados contemplando, no mínimo, os seguintes procedimentos:

2.1.1- Limpeza geral e inspeção visual;

2.1.2- Desmontagem parcial dos disjuntores para levantamento de peças a serem substituídas;

2.1.3- Verificação e lubrificação do mecanismo de acionamento;

2.1.4- Verificação e reaperto das conexões;

2.1.5- Verificação e limpeza dos contatos fixos e móveis;

2.1.6- Verificação da câmara de extinção de arco;

2.1.7- Verificação da integridade das partes isolantes;

2.1.8- Verificação do carregamento de molas, abertura e fechamento manuais e elétricos;

2.1.9- Verificação da abertura/fechamento dos contatos auxiliares;

2.1.10- Verificação dos comandos de acionamento (liga/desliga);

2.1.11- Verificação dos componentes elétricos do disjuntor (bobinas, réguas de borne, motor etc.);

2.1.12- Medição da resistência dos contatos;

2.1.13- Medição da resistência de isolamento;

2.1.14- Medição da corrente de fuga à terra e ajuste do circuito de proteção;

2.1.15- Regulagem de corrente;

2.1.16- Fornecimento de laudo individualizado por disjuntor, contendo as verificações/serviços efetuados, as grandezas elétricas medidas e a situação, com indicação e especificação, das peças ou partes a serem substituídas.

2.2- **Manutenção corretiva** em 03 disjuntores (modelo DM-3) identificados por “chave transformador 1”, “chave transformador 2” e “chave transformador 3” que apresentam defeitos no carregamento das molas (automático e manual) e falhas no comando e sinalização.

2.2.1- **Incluso todos os custos necessários tais como peças, materiais e mão de obra.**

2.2.2- Não poderá haver interrupção no fornecimento de energia elétrica durante o horário normal de expediente, sendo necessária a previsão de



infraestrutura para continuidade dos trabalhos na ocasião da remoção das unidades para a realização dos reparos;

2.2.3- Fornecimento de laudo individualizado por disjuntor, contendo a indicação das peças ou partes que foram substituídas, as verificações/serviços efetuados, as grandezas elétricas medidas e a situação.

### 3- **Barramento *Busway* do prédio Sede/Anexo I**

3.1- **Manutenção preventiva** do barramento metálico tipo *Busway*, incluindo as caixas de derivação. O serviço deverá contemplar, no mínimo, os seguintes procedimentos:

- 3.1.1 - Limpeza geral;
- 3.1.2 - Reaperto das conexões;
- 3.1.3 - Revisão geral das conexões;
- 3.1.4 - Avaliação quanto ao aquecimento e das condições de operação;
- 3.1.5 - Lubrificação, verificação e retificação dos isolamentos.

3.2- Os trabalhos de manutenção nos barramentos estão restritos às cabines.

### 4- **Transformadores do prédio Sede/Anexo I**

4.1- **Manutenção preventiva** dos transformadores. O serviço deverá contemplar, no mínimo, os seguintes procedimentos:

- 4.1.1 - Limpeza geral;
- 4.1.2 - Reaperto das conexões;
- 4.1.3 - Verificação e correção dos isolamentos e da continuidade dos cabos;
- 4.1.4 - Realização dos testes de resistência de isolamento, resistência dos enrolamentos e relação do número de espiras;
- 4.1.5 - Verificação da continuidade e resistência do aterramento;
- 4.1.6 - Medição da tensão e corrente no secundário.

### 5- **Quadro Geral e demais quadros do prédio Anexo II**

5.1- **Manutenção preventiva** do Quadro Geral de Baixa Tensão – QGBT e demais quadros de distribuição, incluindo dispositivos de proteção e manobra, cabos, barramentos, instrumentos de medição, circuitos de controle, sinalização e proteção, contemplando, no mínimo, os seguintes procedimentos:

5.1.1 - Adoção de procedimentos de segurança para desenergização das instalações mediante o desligamento da energia, bloqueio, isolamento, aterramento, proteção e sinalização da área da cabine de força;

5.1.2 - Quadros:

- a- Limpeza geral com utilização de aspirador de pó, compressor de ar e produtos de limpeza adequados;
- b- Lubrificação e checagem das conexões com os ajustes necessários (reapertos) dos painéis elétricos e componentes;



- c- Verificação funcional das fechaduras e portas/tampas dos painéis;
- d- Organização do cabeamento;
- e- Serviço abrange barramento e cabeamento e suas correlatas conexões (**unidade de medida = área do painel dos armários**).

5.1.3 - Instrumentos de medição e chaves seletoras:

- a- Aferição dos instrumentos de medição digitais existentes (amperímetros);
- b- Verificação da adequação do funcionamento das chaves seletoras às especificações do fabricante e às normas vigentes;
- c- Limpeza, verificação das condições do cabeamento, lubrificação dos contatos e reaperto das conexões.

5.1.4 - Chaves seccionadoras:

- a- Verificação da adequação do funcionamento às especificações do fabricante e às normas vigentes;
- b- Limpeza, verificação das condições do cabeamento, lubrificação dos contatos e reaperto das conexões;
- c- Testes de simultaneidade da abertura e fechamento das fases, testes de isolamento e de resistência de contato.

5.1.5 - Disjuntores e dispositivos auxiliares:

- a- Verificação da adequação do funcionamento às especificações do fabricante e às normas vigentes;
- b- Limpeza, verificação das condições do cabeamento, lubrificação dos contatos, reaperto das conexões;
- c- Realização de testes de resistência de isolamento, resistência de contato e tempo de abertura e fechamento dos disjuntores.
- d- Dispositivos que apresentem as funcionalidades prejudicadas deverão ser apontados com indicação de sua localização e especificação técnica.

## 6- Disjuntores de caixa aberta do prédio Anexo II

6.1- Manutenção preventiva dos disjuntores de caixa aberta motorizados. O serviço deverá contemplar, no mínimo, os seguintes procedimentos:

- 6.1.1 - Limpeza geral e inspeção visual;
- 6.1.2 - Desmontagem parcial dos disjuntores para levantamento de peças a serem substituídas;
- 6.1.3 - Verificação e lubrificação do mecanismo de acionamento;
- 6.1.4 - Verificação e reaperto das conexões;
- 6.1.5 - Verificação e limpeza dos contatos fixos e móveis;
- 6.1.6 - Verificação da câmara de extinção de arco;
- 6.1.7 - Verificação da integridade das partes isolantes;
- 6.1.8 - Verificação do carregamento de molas, abertura e fechamento manuais e elétricos;
- 6.1.9 - Verificação da abertura/fechamento dos contatos auxiliares;

- 6.1.10 - Verificação dos comandos de acionamento (liga/desliga).
- 6.1.11 - Verificação dos componentes elétricos do disjuntor (bobinas, réguas de borne, motor etc.);
- 6.1.12 - Medição da resistência dos contatos;
- 6.1.13 - Medição da resistência de isolamento;
- 6.1.14 - Medição da corrente de fuga à terra e ajuste do circuito de proteção;
- 6.1.15 - Regulagem de corrente;
- 6.1.16 - Fornecimento de laudo individualizado por disjuntor, contendo as verificações/serviços efetuados, as grandezas elétricas medidas e a situação, com indicação e especificação, das peças ou partes a serem substituídas.

## 7- Fornecimento e instalação de componentes e peças de reposição

7.1 - Durante a realização da manutenção das cabines de força do prédio Sede/Anexo I e Anexo II, deverá ser prevista a substituição, fornecimento e instalação, mantendo-se a compatibilidade elétrica com o sistema existente e realizando as adaptações necessárias em caso de divergência dimensional, dos seguintes componentes:

- 7.1.1 - Sinalizadores led, 30/40 mm, para substituição dos sinalizadores que utilizam lâmpada;
- 7.1.2 - Instrumentos de medição elétrica digitais (4 voltímetros e 5 amperímetros) para substituição dos instrumentos analógicos existentes;



Imagem 1 – Exemplo de instrumento a ser substituído

- 7.1.3 - Placa de identificação em acrílico com fundo preto, medidas de referência 4,0 x 8,0 cm;
  - 7.1.4 - Substituição de resistores dos disjuntores;
  - 7.1.5 - Substituição de botoeiras, tipo push-button, 30/40mm, compatíveis ao sistema existente;
  - 7.1.6 - Substituição de fusíveis (diazed retardado, 500 V, 2/4/6 A);
  - 7.1.7 - Substituição de fusíveis NH (retardado, 500 V, 25/63 A).
- 7.2 - Identificada a necessidade de troca ou reparo/manutenção de peças ou

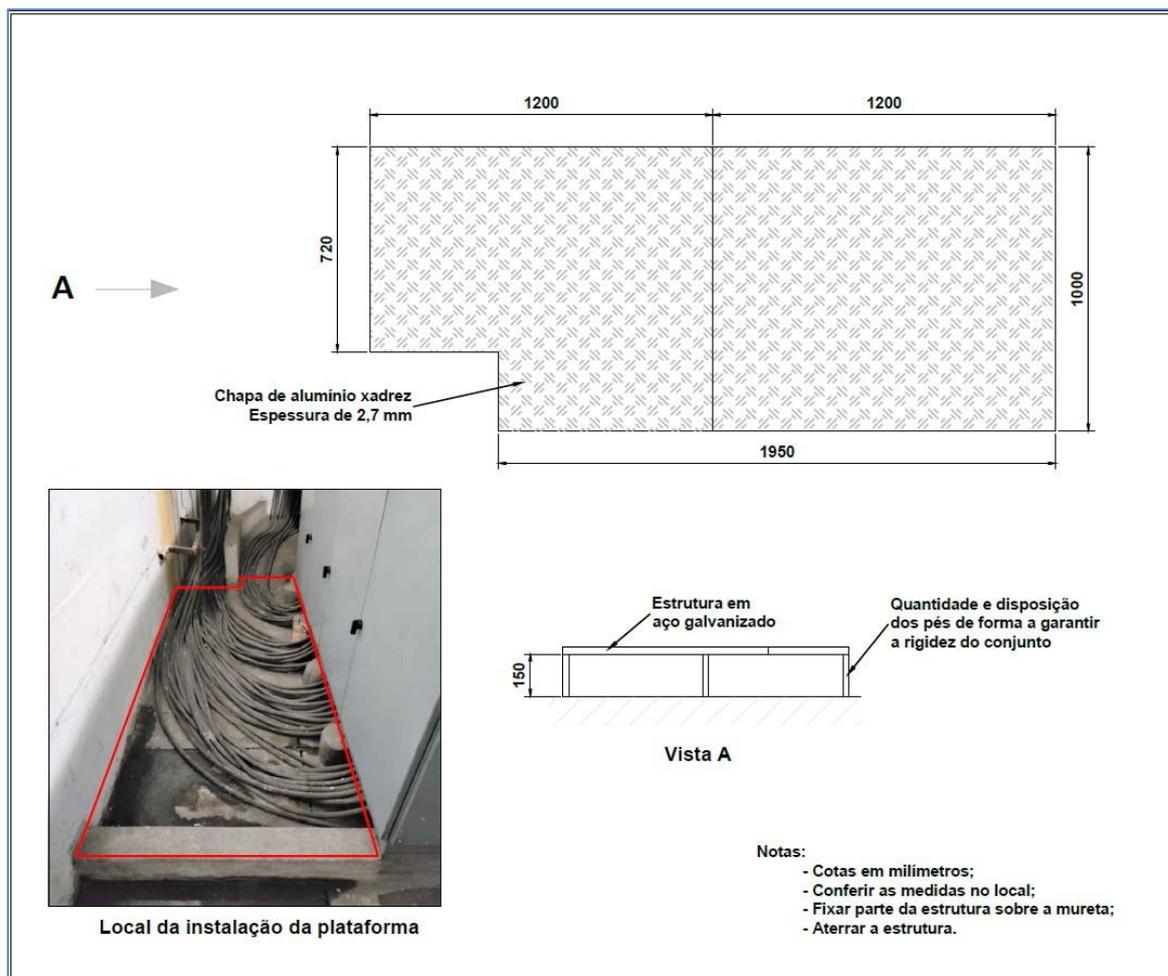


componentes não previstos a CONTRATADA deverá apresentar:

- 7.2.1 - Relatório específico da necessidade;
  - 7.2.2 - Memorial com as especificações, incluindo descrições, características técnicas, desenhos etc.;
  - 7.2.3 - Lista de material, quando for o caso;
  - 7.2.4 - Orçamento específico, para avaliação e aprovação, podendo-se, a critério do CONTRATANTE, optar pela aquisição no mercado em geral e disponibilização para substituição/instalação pela CONTRATADA.
- 7.3 - A CONTRATADA deverá sempre utilizar peças, insumos e componentes novos, de primeiro uso, originais do fabricante e fornecidas a preço vigente de mercado na data de sua aquisição, com prazos de garantia legais;
- 7.4 - O CONTRATANTE poderá, quando julgar necessário, exigir o respectivo certificado de qualidade dos componentes utilizados, relação dos fabricantes e respectivos endereços, comprovantes de compra, assim como seus tipos e características.

#### **8 - Fornecimento e instalação de plataforma metálica**

- 8.1 - A plataforma deverá ser fabricada em alumínio e instalada na área de entrada de energia conforme croqui abaixo.
- 8.1.1 - O piso deverá ser de chapa xadrez de 2,7 mm de espessura, apoiado em estrutura de aço galvanizado devidamente aterrada;
  - 8.1.2 - Fornecimento de tapete isolante elétrico, classe 4;



Croqui da plataforma metálica

## 9- Relatório técnico e ART

9.1 - Emissão de relatório técnico assinado por profissional responsável qualificado com detalhamento dos serviços executados e resultado das medições efetuadas, separados por edificação em folha padrão ABNT, incluindo comentários e recomendações.

9.2 - Emissão de ART: a CONTRATADA deverá apresentar ART no valor do ajuste e que conste o responsável técnico com competência para os artigos 7º ou 8º ou 9º da Resolução n.º 218 de 29/06/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

## 10- Limpeza Permanente e Final

10.1 - A CONTRATADA, ao final de cada dia de trabalho, deverá deixar o local em condições adequadas. Finalizada a execução, deverá efetuar a limpeza final e geral de todas as dependências abrangidas pelos serviços;

## VII. PREPARAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1 - A CONTRATADA deverá fornecer para a Comissão de Fiscalização, antes do início

dos serviços e em até **10 (dez) dias corridos** da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – DOE-TCESP (<https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>), a seguinte documentação:

- 1.1- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pela coordenação geral dos serviços e atividades, acompanhada de cópia do registro profissional, no valor total do Contrato;
- 1.2- Nome, formação, endereço, telefone e e-mail do responsável técnico com competência técnica para os artigos 8º da Resolução nº 218 de 29/06/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;
- 1.3- Comprovante de contratação de seguro de responsabilidade civil com importância assegurada correspondente a 10% do valor do Contrato, bem como de seguro de risco de engenharia em 100% do valor contratual, para ressarcimento de danos materiais e pessoais. O período de vigência dos seguros deve abranger o prazo de execução dos serviços, o qual se inicia na data indicada na Autorização para Início dos Serviços (AIS) e finda com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD);
- 1.4- Rol de equipe técnica, indicando o responsável técnico residente e os colaboradores, com a respectiva indicação de função/atividade, número do documento de identificação, documentos trabalhistas e comprovantes de recebimento de EPIs e qualificação para os serviços. Qualquer alteração desta relação durante o andamento dos serviços deverá ser atualizada com **antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**;
- 1.5- Nome, formação, registro pertinente e contato do engenheiro e/ou técnico de segurança do trabalho responsável pelas ações de segurança do trabalho, conforme as normas regulamentadoras da legislação vigente.

2- A CONTRATADA deverá apresentar à Comissão de Fiscalização, em até **10 (dez) dias úteis** da emissão da Autorização para Início dos Serviços (AIS):

- 2.1- Planejamento-cronograma detalhada de execução, envolvendo todos os aspectos quantitativos e qualitativos para discussão e avaliação junto à Comissão de Fiscalização, ficando sujeito à aprovação deste. Durante a execução dos serviços, o planejamento em discussão deverá ser atualizado, seja quanto a sua progressão como quanto aos ajustes necessários;
- 2.2- Programas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) aplicáveis ao serviço prestado, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) vigentes, os quais deverão ser mantidos válidos ao longo do prazo de execução contratual;
- 2.3- Registro fotográfico, antes do início dos trabalhos, mantendo registro fotográfico durante a execução dos serviços;
- 2.4- Carta de preposição, conforme modelo acordado com a Comissão de Fiscalização, contendo informações do responsável pelos serviços e assuntos de ordem contratual.

## **VIII. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 1- O prazo de execução dos serviços é de até **120** (cento e vinte) **dias corridos**, contados da data indicada pelo **CONTRATANTE** na Autorização para Início dos Serviços (AIS).
- 2- A AIS será expedida em até **10** (dez) **dias**, após a entrega da documentação exigida no item anterior, caso seja aprovada;
- 3- A Comissão de Fiscalização expedirá, em até **10** (dez) **dias úteis**, contados da data em que a Contratada comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto, o **Termo de Recebimento Provisório (TRP)** e, em até **30** (trinta) **dias** do recebimento provisório, o **Termo de Recebimento Definitivo (TRD)**.

## **IX. GARANTIA**

- 1- Os serviços, peças e componentes deverão ter garantia de **12** (doze) **meses**, ou, no caso de peças e componentes, conforme o padrão do fabricante, se esta for maior, contados da data de recebimento definitivo dos serviços;
- 2- Durante o período de garantia, os materiais que apresentarem defeitos deverão ser reparados e/ou substituídos e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

## **X. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 1- Manter os funcionários devidamente uniformizados e identificados com crachá, contendo foto, nome e número de registro e portado em local visível;
- 2- Utilizar suas próprias ferramentas e instrumentos adequados à realização dos serviços e os manter aferidos/calibrados conforme normas pertinentes;
- 3- Guarda das ferramentas, equipamentos e materiais até a finalização do serviço;
  - 3.1- O CONTRATANTE não se responsabiliza por eventuais danos ou desaparecimentos ocorridos em suas dependências;
- 4- Sanar qualquer irregularidade, de acordo com a indicação da Comissão de Fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela CONTRATADA da notificação por escrito, exceto quando a irregularidade for justificadamente considerada de caráter grave ou urgente, hipótese em que poderá ser fixado prazo menor;
- 5- Fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente;
  - 5.1- Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e com Certificado de Aprovação (CA) válido;
  - 5.2- Apresentar a documentação à Comissão de Fiscalização.
- 6- Prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização,

indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais;

7- Fazer com que seus funcionários observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomar as medidas corretivas necessárias à prevenção de acidentes e segurança de suas atividades na realização dos serviços;

8- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

9- Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus colaboradores no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ocorridos nas dependências do CONTRATANTE;

10- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de atos praticados por seus colaboradores de forma culposa ou dolosa, e mesmo omissão destes na execução dos serviços e rotinas estabelecidas no Contrato, cujos efeitos impliquem em risco para a segurança ou prejuízo para o serviço, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização do CONTRATANTE no acompanhamento destas atividades;

10.1 - A CONTRATADA não poderá prevalecer-se de qualquer erro, manifesto ou involuntário, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades.

## **XI. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

1- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

2- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados.

2.1 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a lei vigente.

3- Permitir o acesso do pessoal autorizado pela CONTRATADA, devidamente identificados, aos locais onde serão executados os serviços;

4- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5- Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, determinando as providências necessárias à solução da irregularidade;

6- Efetuar o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados.

## **XII. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

1- Para cotação de preços, deverão ser considerados todos os serviços, materiais/acessórios e respectiva mão de obra necessária para execução completa dos serviços, que deverão estar inclusos e diluídos na planilha de serviços no respectivo item, caso não estejam discriminados separadamente na planilha;

2- A CONTRATADA deverá observar, quando necessário, os seguintes aspectos técnicos:

2.1- Obedecer ao gabarito de nivelamento para o assentamento de peças na parede, caixa de interruptores, de passagem, quadros elétricos, entre outros, considerando a espessura do revestimento quando houver;

2.2- Toda a fiação elétrica deverá ser feita com condutores de cobre, com encapsamento termoplástico antichama, isolamento 750 V. Na falta de especificações, deverá ser obedecida à seguinte sequência para a identificação dos condutores elétricos:

2.2.1 - Fase R: Branco;

2.2.2 - Fase S: Preto;

2.2.3 - Fase T: Vermelho;

2.2.4 - Neutro: Azul;

2.2.5 - Terra: Verde.

2.3- As emendas e conexões elétricas deverão ser devidamente isoladas com material isolante apropriado;

2.4- Novos circuitos deverão ser “anilhados” com identificação;

2.5- As ligações dos cabos elétricos aos disjuntores (nos quadros de eletricidade incluindo aterramento e cabeamento do “neutro”) e a outros equipamentos/acessórios que demandem o mesmo cuidado deverão ser conectados com terminais pré-isolados;

2.6- Dispositivos e equipamentos eletroeletrônicos deverão atender ao padrão RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances* - que garantam, entre outros, a não utilização de metais pesados no processo produtivo).

3- Os serviços a serem realizados e os materiais e peças a serem fornecidos deverão obedecer às Normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:

3.1- Normas de Segurança em Edificações, do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

3.2- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

3.3- Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, em especial a NR-06, NR-18 e NR-35;



- 3.4- Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, pertinentes à execução dos serviços contratados;
- 3.5- Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais específicos sobre acessibilidade.
- 4- Testes e ensaios (“*in loco*” ou em laboratório), quando necessários, requeridos pelas normas técnicas ou demandados pela Comissão de Fiscalização, para comprovação de qualidade, terão os custos arcados pela CONTRATADA.
- 5- A CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia por escrito sempre que houver necessidade de trabalhos extraordinários após o horário estipulado ou em finais de semana e feriados, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;
- 6- A CONTRATADA deverá comunicar à Comissão de Fiscalização e justificar por escrito eventuais impedimentos à realização dos trabalhos.
- 7- Quando julgar necessário, a Comissão de Fiscalização poderá exigir relação dos fabricantes e respectivos endereços, comprovantes de compra, assim como esclarecimentos detalhados sobre as características dos produtos e materiais eventualmente questionados.

### XIII. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

|   |  |
|---|--|
| <b>OBJETO : Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP</b><br><b>SEI 0013071/2022-96</b> | <b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO</b> |
|---|--|

| CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO |  |         |             |         |              |         |              |          |             |
|------------------------------|--|---------|-------------|---------|--------------|---------|--------------|----------|-------------|
| ITEM                         | SERVIÇOS   | 30 dias |             | 60 dias |              | 90 dias |              | 120 dias |             |
|                              |  | 15      | 30          | 45      | 60           | 75      | 90           | 105      | 120         |
| 1                            | Quadro Geral e demais quadros do prédio Sede/Anexo I           |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 2                            | Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Sede/Anexo I |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 3                            | Barramento Busway do prédio Sede/Anexo I                       |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 4                            | Transformadores do prédio Sede/Anexo I                         |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 5                            | Quadro Geral e demais quadros do prédio Anexo II               |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 6                            | Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Anexo II     |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 7                            | Fornecimento de equipamentos e peças de reposição              |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 8                            | Fornecimento e instalação de plataforma metálica               |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 9                            | Relatório técnico e ART  |         |             |         |              |         |              |          |             |
| 10                           | Limpeza da obra  |         |             |         |              |         |              |          |             |
| <b>Desembolso</b>            |  |         | <b>8,9%</b> |         | <b>34,6%</b> |         | <b>46,9%</b> |          | <b>9,6%</b> |

#### XIV. COMPOSIÇÃO DO BDI

##### Composição do BDI

Acórdão TCU nº 2622/2013

Construção de Edifício 3º Quartil

| Item                  | Sigla | Percentual    |
|-----------------------|-------|---------------|
| Administração Central | AC    | 5,50%         |
| Seguro + Garantia     | S + G | 1,00%         |
| Risco                 | R     | 1,27%         |
| Despesa Financeira    | DF    | 1,39%         |
| Lucro                 | L     | 8,96%         |
| Impostos              | I     | 4,75%         |
| <b>BDI</b>            |       | <b>25,00%</b> |

Equação:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

sendo:

- AC taxa de administração central
- S taxa de seguros
- R taxa de riscos
- G taxa de garantias
- DF taxa de despesas financeiras
- L taxa de lucro/remuneração
- I taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS e ISS)

## XV. PLANILHA DE SERVIÇOS E CUSTOS ESTIMADOS

|  |   |  |
|--|---|--|
| <b>OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP</b> |  | <b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO</b> |
|--|---|--|

| ITEM     | SERVIÇOS  | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |          |             |                  |
|----------|---|----------------|-----|---------------|-------------|----------|-------------|------------------|
|          |   |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |             | SOMA             |
|          |   |                |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra |                  |
| <b>1</b> | <b>Quadro Geral e demais quadros do prédio Sede/Anexo I</b>   |                |     |               |             |          |             |                  |
| 1.1.1    | Procedimentos de segurança.   | u              | 1   | 521,67        | 1.709,00    | 521,67   | 1.709,00    | <b>2.230,67</b>  |
| 1.1.2    | Limpeza geral dos painéis elétricos e componentes; Verificação funcional das fechaduras e portas/tampas, organização do cabeamento. | m <sup>2</sup> | 20  | 85,33         | 189,47      | 1.706,60 | 3.789,40    | <b>5.496,00</b>  |
| 1.1.3    | Verificação do funcionamento das chaves seletoras.  | u              | 8   | 48,67         | 270,33      | 389,36   | 2.162,64    | <b>2.552,00</b>  |
| 1.1.4    | Verificação do funcionamento dos disjuntores.   | u              | 44  | 43,67         | 248,00      | 1.921,48 | 10.912,00   | <b>12.833,48</b> |
| 1.1.5    | Verificação do funcionamento dos circuitos de controle e sinalização.   | u              | 13  | 35,33         | 426,00      | 459,29   | 5.538,00    | <b>5.997,29</b>  |
| 1.2      | Manutenção corretiva em disjuntor modelo GSH400 com a substituição da alavanca de manobra de acionamento automático                 | u              | 1   | 1.884,33      | 1.463,33    | 1.884,33 | 1.463,33    | <b>3.347,66</b>  |
| <b>2</b> | <b>Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Sede/Anexo I</b>   |                |     |               |             |          |             |                  |
| 2.1      | Manutenção preventiva dos disjuntores tipo caixa aberta motorizados, marca Beghim, modelo DM, série Dimatic.                        | u              | 14  | 241,00        | 718,67      | 3.374,00 | 10.061,38   | <b>13.435,38</b> |

| ITEM     | SERVIÇOS   | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |          |             |                  |
|----------|--|----------------|-----|---------------|-------------|----------|-------------|------------------|
|          |  |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |             | SOMA             |
|          |  |                |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra |                  |
| 2.2      | Manutenção corretiva em disjuntores modelo DM-3 que apresentam defeitos no carregamento das molas (automático e manual) e falhas no comando e sinalização. | u              | 3   | 3.063,33      | 2.220,00    | 9.189,99 | 6.660,00    | <b>15.849,99</b> |
| <b>3</b> | <b>Barramento Busway do prédio Sede/Anexo I</b>  |                |     |               |             |          |             |                  |
| 3.1      | Manutenção preventiva e preditiva no barramento metálico tipo busway, incluindo as caixas de derivação.  | m              | 50  | 119,47        | 185,67      | 5.973,50 | 9.283,50    | <b>15.257,00</b> |
| <b>4</b> | <b>Transformadores do prédio Sede/Anexo I</b>  |                |     |               |             |          |             |                  |
| 4.1      | Manutenção preventiva dos transformadores.   | u              | 3   | 176,67        | 2.363,00    | 530,01   | 7.089,00    | <b>7.619,01</b>  |
| <b>5</b> | <b>Quadro Geral e demais quadros do prédio Anexo II</b>  |                |     |               |             |          |             |                  |
| 5.1.1    | Procedimentos de segurança.  | u              | 1   | 521,67        | 1.709,00    | 521,67   | 1.709,00    | <b>2.230,67</b>  |
| 5.1.2    | Limpeza geral dos painéis elétricos e componentes; Verificação funcional das fechaduras e portas/tampas, organização do cabeamento.                        | m <sup>2</sup> | 8   | 235,33        | 346,47      | 1.882,64 | 2.771,76    | <b>4.654,40</b>  |
| 5.1.3    | Aferição dos instrumentos de medição e verificação do funcionamento das chaves seletoras.  | u              | 7   | 250,33        | 411,33      | 1.752,31 | 2.879,31    | <b>4.631,62</b>  |
| 5.1.4    | Verificação do funcionamento das chaves seccionadoras.   | u              | 4   | 86,00         | 522,33      | 344,00   | 2.089,32    | <b>2.433,32</b>  |
| 5.1.5    | Verificação do funcionamento do disjuntor e dispositivos auxiliares.   | u              | 1   | 91,00         | 556,33      | 91,00    | 556,33      | <b>647,33</b>    |
| <b>6</b> | <b>Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Anexo II</b>  |                |     |               |             |          |             |                  |
| 6.1      | Manutenção preventiva dos disjuntores tipo caixa aberta motorizados, marca Beghim, modelo DM, série Dimatic.   | u              | 4   | 165,00        | 577,33      | 660,00   | 2.309,32    | <b>2.969,32</b>  |
| <b>7</b> | <b>Fornecimento de equipamentos e peças de reposição</b>   |                |     |               |             |          |             |                  |
| 7.1.1    | Sinalizadores.   | u              | 26  | 36,11         | 48,67       | 938,86   | 1.265,42    | <b>2.204,28</b>  |

| ITEM      | SERVIÇOS   | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |           |             |                  |
|-----------|--|----------------|-----|---------------|-------------|-----------|-------------|------------------|
|           |  |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL     |             | SOMA             |
|           |  |                |     | Material      | Mão de Obra | Material  | Mão de Obra |                  |
| 7.1.2     | Instrumento de medição digital.  | u              | 9   | 1.446,61      | 408,33      | 13.019,49 | 3.674,97    | <b>16.694,46</b> |
| 7.1.3     | Placa de identificação em acrílico.  | u              | 3   | 72,33         | 182,67      | 216,99    | 548,01      | <b>765,00</b>    |
| 7.1.4     | Resistores dos disjuntores.  | u              | 5   | 61,67         | 219,95      | 308,35    | 1.099,75    | <b>1.408,10</b>  |
| 7.1.5     | Botoeiras.   | u              | 2   | 57,80         | 221,62      | 115,60    | 443,24      | <b>558,84</b>    |
| 7.1.6     | Fusíveis diazed.   | u              | 5   | 38,79         | 191,00      | 193,95    | 955,00      | <b>1.148,95</b>  |
| 7.1.7     | Fusíveis NH.   | u              | 10  | 53,35         | 192,33      | 533,50    | 1.923,30    | <b>2.456,80</b>  |
| <b>8</b>  | <b>Fornecimento e instalação de plataforma metálica</b>  |                |     |               |             |           |             |                  |
| 8.1       | Fornecimento e instalação de plataforma com piso em chapa xadrez de alumínio montada sobre estrutura de aço galvanizado. | m <sup>2</sup> | 2,3 | 3.065,83      | 1.725,08    | 7.051,41  | 3.967,68    | <b>11.019,09</b> |
| 8.2       | Fornecimento de tapete isolante elétrico, classe 4.  | m <sup>2</sup> | 2,3 | 893,04        | 211,33      | 2.053,99  | 486,06      | <b>2.540,05</b>  |
| <b>9</b>  | <b>Relatório técnico e ART</b>   |                |     |               |             |           |             |                  |
| 9.1       | Emissão de relatório técnico.  | u              | 1   | 271,73        | 754,00      | 271,73    | 754,00      | <b>1.025,73</b>  |
| 9.2       | Emissão de ART.  | u              | 1   | 56,67         | 298,00      | 56,67     | 298,00      | <b>354,67</b>    |
| <b>10</b> | <b>Limpeza da obra</b>   |                |     |               |             |           |             |                  |
| 10.1      | Limpeza diária e final.  | m <sup>2</sup> | 130 | 20,99         | 36,33       | 2.728,70  | 4.722,90    | <b>7.451,60</b>  |

| VALOR TOTAL GERAL ESTIMADO DO ITEM ÚNICO, SEM BDI (R\$) |  | Material         | Mão de Obra      | Soma              |
|---|--|------------------|------------------|-------------------|
|   |  | <b>58.691,09</b> | <b>91.121,62</b> | <b>149.812,71</b> |

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| <b>BDI (R\$)</b> | <b>37.453,18</b> |
|------------------|------------------|

| ITEM   | SERVIÇOS | Unidade | QTD | VALORES (R\$) |             |          |                   |      |
|--|----------|---------|-----|---------------|-------------|----------|-------------------|------|
|  |          |         |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |                   | SOMA |
|  |          |         |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra       |      |
| <b>VALOR TOTAL GERAL ESTIMADO DO ITEM ÚNICO, COM BDI (R\$)</b> |          |         |     |               |             |          | <b>187.265,89</b> |      |

### CONSIDERAÇÃO FINAL

Qualquer referência à marca e ao modelo de equipamentos e de materiais constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital é meramente exemplificativa, admitindo-se a oferta de produtos similares.



# TCE SP

Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

## XVI. CÓDIGO BEC, QUANTIDADE, VALOR TOTAL GERAL ESTIMADO COM BDI E REDUÇÃO MÍNIMA

| Item  | Código BEC (*) | Qtde. | Unidade | Descrição Resumida (**)  | Valor Total Geral Estimado com BDI (R\$) | Redução Mínima entre lances (R\$) |
|-------|----------------|-------|---------|--|--|-----------------------------------|
| Único | 3093           | 1     | Unidade | Manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE SP | 187.265,89                               | 1.400,00                          |

(\*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Havendo divergência entre a descrição do serviço existente no Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos

(\*\*) Para especificações detalhadas, consultar este Termo de Referência.

**ANEXO II**  
**PROPOSTA/PLANILHA DE PREÇOS**

**Ao**  
**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**  
**Pregão Eletrônico nº 51/23**  
**SEI - Processo nº 13071/2022-96**  
**Objeto: Manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP.**

|  |  |  |  |   |  |  |  |
|--|--|--|--|---|--|--|--|
| <b>OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP</b> |  |  |  |  |  | <b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO</b> |  |
|--|--|--|--|---|--|--|--|

| ITEM     | SERVIÇOS  | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |          |             |      |
|----------|---|----------------|-----|---------------|-------------|----------|-------------|------|
|          |   |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |             | SOMA |
|          |   |                |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra |      |
| <b>1</b> | <b>Quadro Geral e demais quadros do prédio Sede/Anexo I</b>   |                |     |               |             |          |             |      |
| 1.1.1    | Procedimentos de segurança.   | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| 1.1.2    | Limpeza geral dos painéis elétricos e componentes; Verificação funcional das fechaduras e portas/tampas, organização do cabeamento. | m <sup>2</sup> | 20  |               |             |          |             |      |
| 1.1.3    | Verificação do funcionamento das chaves seletoras.  | u              | 8   |               |             |          |             |      |
| 1.1.4    | Verificação do funcionamento dos disjuntores.   | u              | 44  |               |             |          |             |      |

| ITEM     | SERVIÇOS   | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |          |             |      |
|----------|--|----------------|-----|---------------|-------------|----------|-------------|------|
|          |  |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |             | SOMA |
|          |  |                |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra |      |
| 1.1.5    | Verificação do funcionamento dos circuitos de controle e sinalização.  | u              | 13  |               |             |          |             |      |
| 1.2      | Manutenção corretiva em disjuntor modelo GSH400 com a substituição da alavanca de manobra de acionamento automático  | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| <b>2</b> | <b>Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Sede/Anexo I</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 2.1      | Manutenção preventiva dos disjuntores tipo caixa aberta motorizados, marca Beghim, modelo DM, série Dimatic.   | u              | 14  |               |             |          |             |      |
| 2.2      | Manutenção corretiva em disjuntores modelo DM-3 que apresentam defeitos no carregamento das molas (automático e manual) e falhas no comando e sinalização. | u              | 3   |               |             |          |             |      |
| <b>3</b> | <b>Barramento Busway do prédio Sede/Anexo I</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 3.1      | Manutenção preventiva e preditiva no barramento metálico tipo busway, incluindo as caixas de derivação.  | m              | 50  |               |             |          |             |      |
| <b>4</b> | <b>Transformadores do prédio Sede/Anexo I</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 4.1      | Manutenção preventiva dos transformadores.   | u              | 3   |               |             |          |             |      |
| <b>5</b> | <b>Quadro Geral e demais quadros do prédio Anexo II</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 5.1.1    | Procedimentos de segurança.  | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| 5.1.2    | Limpeza geral dos painéis elétricos e componentes; Verificação funcional das fechaduras e portas/tampas, organização do cabeamento.                        | m <sup>2</sup> | 8   |               |             |          |             |      |
| 5.1.3    | Aferição dos instrumentos de medição e verificação do funcionamento das chaves seletoras.  | u              | 7   |               |             |          |             |      |
| 5.1.4    | Verificação do funcionamento das chaves seccionadoras.   | u              | 4   |               |             |          |             |      |

| ITEM      | SERVIÇOS   | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |          |             |      |
|-----------|--|----------------|-----|---------------|-------------|----------|-------------|------|
|           |  |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |             | SOMA |
|           |  |                |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra |      |
| 5.1.5     | Verificação do funcionamento do disjuntor e dispositivos auxiliares.   | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| <b>6</b>  | <b>Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Anexo II</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 6.1       | Manutenção preventiva dos disjuntores tipo caixa aberta motorizados, marca Beghim, modelo DM, série Dimatic.             | u              | 4   |               |             |          |             |      |
| <b>7</b>  | <b>Fornecimento de equipamentos e peças de reposição</b>   |                |     |               |             |          |             |      |
| 7.1.1     | Sinalizadores.   | u              | 26  |               |             |          |             |      |
| 7.1.2     | Instrumento de medição digital.  | u              | 9   |               |             |          |             |      |
| 7.1.3     | Placa de identificação em acrílico.  | u              | 3   |               |             |          |             |      |
| 7.1.4     | Resistores dos disjuntores.  | u              | 5   |               |             |          |             |      |
| 7.1.5     | Botoeiras.   | u              | 2   |               |             |          |             |      |
| 7.1.6     | Fusíveis diazed.   | u              | 5   |               |             |          |             |      |
| 7.1.7     | Fusíveis NH.   | u              | 10  |               |             |          |             |      |
| <b>8</b>  | <b>Fornecimento e instalação de plataforma metálica</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 8.1       | Fornecimento e instalação de plataforma com piso em chapa xadrez de alumínio montada sobre estrutura de aço galvanizado. | m <sup>2</sup> | 2,3 |               |             |          |             |      |
| 8.2       | Fornecimento de tapete isolante elétrico, classe 4.  | m <sup>2</sup> | 2,3 |               |             |          |             |      |
| <b>9</b>  | <b>Relatório técnico e ART</b>   |                |     |               |             |          |             |      |
| 9.1       | Emissão de relatório técnico.  | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| 9.2       | Emissão de ART.  | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| <b>10</b> | <b>Limpeza da obra</b>   |                |     |               |             |          |             |      |
| 10.1      | Limpeza diária e final.  | m <sup>2</sup> | 130 |               |             |          |             |      |

| ITEM  | SERVIÇOS | Unidade | QTD | VALORES (R\$)   |                    |             |             |      |
|---|----------|---------|-----|---|--------------------|-------------|-------------|------|
|   |          |         |     | UNITÁRIO  |                    | TOTAL       |             | SOMA |
|   |          |         |     | Material  | Mão de Obra        | Material    | Mão de Obra |      |
| <b>VALOR TOTAL GERAL DO ITEM ÚNICO, SEM BDI (R\$)</b> |          |         |     | <b>Material</b>                                       | <b>Mão de Obra</b> | <b>Soma</b> |             |      |
|   |          |         |     |   |                    |             |             |      |
|   |          |         |     | <b>BDI (R\$)</b>                                      |                    |             |             |      |
|   |          |         |     | <b>VALOR TOTAL GERAL DO ITEM ÚNICO, COM BDI (R\$)</b> |                    |             |             |      |
|   |          |         |     |   |                    |             |             |      |

O **prazo de execução dos serviços** é de até **120** (cento e vinte) **dias corridos**, conforme Cronograma Físico-Financeiro dos Serviços constante do Termo de Referência – Anexo I do Edital, contados a partir da data indicada pelo **CONTRATANTE** na **Autorização para Início dos Serviços**.

O **prazo de garantia dos serviços** é de **12** (doze) **meses** e das **peças e componentes** é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses (mínimo de 12 meses), contados a partir da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

**Validade da proposta: 60** (sessenta) **dias** contados da data da sessão de processamento deste Pregão Eletrônico.

**Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

**Declaro que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, fretes e lucro.**

***Antes de encaminhar este arquivo, certifique-se de sua correção no preenchimento de preços em relação ao valor final negociado e quanto a sua conformidade ao solicitado neste modelo, pois será possível o envio de um único documento, não sendo permitida, através do sistema BEC, a sua substituição ou a inclusão de quaisquer outros arquivos.***

## ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA \_\_\_\_\_ (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, quando for o caso) PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS CABINES DE FORÇA DOS PRÉDIOS SEDE E ANEXO II DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - TCESP.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob nº 50.290.931/0001-40, isento de Inscrição Estadual, com sede na Av. Rangel Pestana, 315, Centro, São Paulo, Capital, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico do Departamento Geral de Administração, Senhor Carlos Eduardo Corrêa Malek, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, conforme delegação de competência fixada pelas Resoluções nº 1/97, publicada no D.O.E de 08/03/97, e nº 4/97, publicada no D.O.E de 20/03/97, e Ato nº 1.917/15, publicado no DOE de 8 de outubro de 2015, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_ (em recuperação judicial, quando for o caso), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Sr(a.) \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, na qualidade de vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO nº 51/23, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, firmam o presente contrato, autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente nos autos do **SEI - Processo nº 13071/2022-96**, com as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

**1.1- Manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do CONTRATANTE**, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital e demais disposições deste contrato.

**1.2-** Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 51/23 e seus Anexos;
- b) Proposta de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024, apresentada pela **CONTRATADA**;
- c) Ata da sessão do Pregão Eletrônico nº 51/23.

**1.3-** O valor inicial atualizado deste contrato poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4- O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

**1.5- LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**Prédio Sede:** Avenida Rangel Pestana, 315 - Centro, São Paulo/SP, CEP: 01017-906.

**Prédio Anexo II:** Rua Venceslau Brás, 183 – Centro, São Paulo/SP, CEP: 01016-000.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
VALOR E RECURSOS FINANCEIROS**

2.1- O valor total do presente contrato, fixo e irrevogável, é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

2.2- A **despesa onerará os recursos** orçamentários e financeiros reservados na Funcional Programática: 01.032.0200.4821 - Elemento: 3.3.90.39.79.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
VIGÊNCIA, PRAZOS DE EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS  
SERVIÇOS, DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS TERMOS DE RECEBIMENTO  
PROVISÓRIO E DEFINITIVO E DE GARANTIA DO OBJETO**

3.1- A **vigência** deste contrato inicia-se na data da **publicação** de seu extrato no **Diário Oficial Eletrônico do CONTRATANTE / DOE-TCESP** (endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>), **encerrando-se** na data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

3.2- A **Autorização para Início dos Serviços** será expedida em até **10 (dez) dias**, após a entrega da documentação exigida na **cláusula 4.3**, caso seja aprovada.

3.3- O **prazo de execução dos serviços** é de até **120 (cento e vinte) dias corridos**, conforme Cronograma Físico-Financeiro dos Serviços constante do Termo de Referência – Anexo I do Edital, contados a partir da data indicada pelo **CONTRATANTE** na **Autorização para Início dos Serviços**.

3.4- O prazo para emissão do **Termo de Recebimento Provisório** será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data em que a **CONTRATADA** comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto, e em **30 (trinta) dias**, após o recebimento provisório e o cumprimento das condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência – Anexo I do Edital, o **Termo de Recebimento Definitivo**.

3.5- O prazo de garantia dos **serviços** é de **12 (doze) meses** e das **peças e componentes** é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses (mínimo de 12 meses), contados a partir da data de expedição do **Termo de Recebimento Definitivo**.

3.5.1- Durante o período de garantia, os materiais que apresentarem defeitos deverão ser reparados e/ou substituídos e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta da **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

## CLÁUSULA QUARTA

### CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS, EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL E SANEAMENTO DE IRREGULARIDADES

**4.1- O objeto deverá ser executado conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital e serão recebidos por Comissão de Fiscalização designada pelo CONTRATANTE, que expedirá a Autorização para Início dos Serviços, o(s) Atestado(s) de Realização dos Serviços e os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo;**

**4.1.1-** Somente serão expedidos os termos de recebimento se o objeto estiver plenamente de acordo com as disposições constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital e na proposta comercial apresentada pela **CONTRATADA**;

**4.1.2-** O(s) **Atestado(s) de Realização dos Serviços** e os **Termos de Recebimento Provisório e Definitivo** serão expedidos com observância, no que couber, das disposições na Ordem de Serviço GP-02/2001, Anexo V do Edital, expedida pelo **CONTRATANTE**.

**4.2-** Correrão por conta da **CONTRATADA**, as despesas para efetivo atendimento ao objeto contratado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

**4.3-** Conforme definido no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a **CONTRATADA** deverá fornecer para a **Comissão de Fiscalização, em até 10 (dez) dias corridos** da publicação do extrato deste Contrato no **Diário Oficial Eletrônico do CONTRATANTE / DOE-TCESP** (endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>), os seguintes documentos:

**4.3.1-** Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pela coordenação geral dos serviços e atividades, acompanhada de cópia do registro profissional, no valor total deste Contrato;

**4.3.2-** Nome, formação, endereço, telefone e e-mail do responsável técnico com competência técnica para os artigos 8º da Resolução nº 218 de 29/06/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;

**4.3.3-** Comprovante de contratação de seguro de responsabilidade civil com importância assegurada correspondente a 10% do valor deste Contrato, bem como de seguro de risco de engenharia em 100% do valor contratual, para ressarcimento de danos materiais e pessoais. O período de vigência dos seguros deve abranger o prazo de execução dos serviços, o qual se inicia na data indicada na **Autorização para Início dos Serviços (AIS)** e finda com a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo (TRD)**;

**4.3.4-** Rol de equipe técnica, indicando o responsável técnico residente e os colaboradores, com a respectiva indicação de função/atividade, número do documento de identificação, documentos trabalhistas e comprovantes de recebimento de EPIs e qualificação para os serviços. Qualquer alteração desta relação durante o

andamento dos serviços deverá ser atualizada com **antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**;

**4.3.5-** Nome, formação, registro pertinente e contato do engenheiro e/ou técnico de segurança do trabalho responsável pelas ações de segurança do trabalho, conforme as normas regulamentadoras da legislação vigente.

**4.4-** Conforme definido no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a **CONTRATADA** deverá apresentar para a **Comissão de Fiscalização** em até **10 (dez) dias úteis** da emissão da **Autorização para Início dos Serviços**, os seguintes documentos:

**4.4.1-** Planejamento-cronograma detalhada de execução, envolvendo todos os aspectos quantitativos e qualitativos para discussão e avaliação junto à **Comissão de Fiscalização**, ficando sujeito à aprovação deste. Durante a execução dos serviços, o planejamento em discussão deverá ser atualizado, seja quanto a sua progressão como quanto aos ajustes necessários;

**4.4.2-** Programas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) aplicáveis ao serviço prestado, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) vigentes, os quais deverão ser mantidos válidos ao longo do prazo de execução contratual;

**4.4.3-** Registro fotográfico, antes do início dos trabalhos, mantendo registro fotográfico durante a execução dos serviços;

**4.4.4-** Carta de preposição, conforme modelo acordado com a Comissão de Fiscalização, contendo informações do responsável pelos serviços e assuntos de ordem contratual.

**4.5-** As medições para efeito dos pagamentos serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

**4.5.1-** Após o término de cada período mensal, a **CONTRATADA** elaborará relatório contendo os quantitativos/valores totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados, conforme Cronograma Físico-Financeiro constante do Termo de Referência – Anexo I do Edital;

**4.5.2-** A **Comissão de Fiscalização** solicitará à **CONTRATADA**, na hipótese de recusas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;

**4.5.3-** Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- a) O valor dos pagamentos será obtido mediante aplicação dos percentuais de desembolso relativos ao valor total contratado definidos no Cronograma Físico-Financeiro às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços recusados;
- b) Os serviços recusados, depois de refeitos e aceitos pela **Comissão de Fiscalização**, serão somados à medição dos serviços do mês seguinte.

**4.5.4-** Após a conferência e aprovação dos quantitativos e valores apresentados, a **Comissão de Fiscalização** comunicará à **CONTRATADA**, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados do recebimento da **documentação pertinente**, e autorizará a **emissão da correspondente nota fiscal/fatura**;

**4.5.5-** As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela **CONTRATADA**, contra o **CONTRATANTE**, e apresentadas no prazo de **03 (três) dias corridos** para a **Comissão de Fiscalização**;

**4.5.6-** Recebidas as notas fiscais/faturas, a **Comissão de Fiscalização** terá o prazo de **3 (três) dias úteis** para emissão dos **Atestados de Realização dos Serviços**, enquanto não for comunicada a conclusão total do objeto, nos termos da **Cláusula 4.7.1** deste contrato.

**4.6-** Constatadas irregularidades no objeto, a **Comissão de Fiscalização**, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital, determinando sua substituição/correção;

**4.6.1-** As irregularidades deverão ser sanadas pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento por ela da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado, exceto quando a irregularidade for justificadamente considerada de caráter grave ou urgente, hipótese em que poderá ser fixado prazo menor;

**4.6.2-** Eventuais pedidos de **prorrogação de prazo de execução ou para saneamento de irregularidades**, desde que devidamente **justificados**, deverão ser apresentados por escrito à **Comissão de Fiscalização** e serão apreciados pelo **Diretor Geral de Departamento**, que os decidirá;

a) Os **pedidos de prorrogação** deverão ser submetidos com a devida antecedência, considerando o tempo necessário para o trâmite processual e para que não haja paralisação das atividades pela **CONTRATADA**.

**4.7-** Executado, o objeto será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes:

**4.7.1- Provisoriamente**, após vistoria completa, em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir da data em que a **CONTRATADA** comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto;

a) O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do **Termo de Recebimento Provisório**, com expressa concordância em receber o objeto provisoriamente;

b) Com a emissão do **Termo de Recebimento Provisório**, a **Comissão de Fiscalização** autorizará a **emissão da última nota fiscal/fatura** pela **CONTRATADA**, a ser apresentada à **Comissão de Fiscalização** no **prazo de 3 (três) dias corridos**.

**4.7.2- Definitivamente, em 30 (trinta) dias** do recebimento provisório;

a) O **Termo de Recebimento Definitivo** será lavrado desde que a **Comissão de Fiscalização** tenha aprovado a completa adequação do objeto ao Termo de Referência – Anexo I do Edital e aos termos contratuais.

**4.8-** O recebimento definitivo não exige a **CONTRATADA** de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos serviços prestados.

**4.9-** Os serviços a serem realizados e os materiais e peças a serem fornecidos deverão obedecer às Normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:

**4.9.1-** Normas do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

**4.9.2-** Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

**4.9.3-** Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, em especial a NR-06, NR-18 e NR-35;

**4.9.4-** Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, pertinentes à execução dos serviços contratados;

**4.9.5-** Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais específicos sobre acessibilidade.

**4.10-** Para a execução dos **serviços de inspeção termográfica, serviços de teste específico de resistência, aferição/calibração de instrumentos e serviços de serralheria** será permitida a **subcontratação**;

**4.10.1-** A proposta de subcontratação, no ato da execução, deverá ser apresentada por escrito, e somente após a aprovação da **Comissão de Fiscalização** os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados;

**4.10.2-** Este **CONTRATANTE** não reconhecerá qualquer vínculo com empresas **subcontratadas**, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a **CONTRATADA**, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.

## CLÁUSULA QUINTA GARANTIA CONTRATUAL

**5.1-** Para garantir o cumprimento deste contrato, a **CONTRATADA** prestou garantia conforme previsão contida no instrumento convocatório, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) equivalente a **5%** (cinco por cento) do valor deste contrato.

**5.2-** A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após o

**término da vigência deste contrato**, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**5.3-** Se o valor da garantia for utilizado no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a **CONTRATADA**, notificada por meio de correspondência simples, obriga-se a repor ou completar o seu valor no prazo máximo e improrrogável de **2 (dois) dias** contados do recebimento da referida notificação.

**5.4-** Ao **CONTRATANTE** cabe descontar da garantia toda a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA**.

## **CLÁUSULA SEXTA** **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1-** Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao **CONTRATANTE** é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por **Comissão de Fiscalização** designada pelo **CONTRATANTE**, podendo para isso:

**6.1.1-** Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo-lhe, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA**, efetivando avaliação periódica;

**6.1.2-** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

**6.1.3-** Examinar a(s) Carteira(s) Profissional(is) do(s) funcionário(s) colocado(s) a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como toda a documentação apresentada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**;

**6.1.4-** Solicitar à **CONTRATADA** a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades ou às normas vigentes de segurança e medicina do trabalho.

## **CLÁUSULA SÉTIMA** **PAGAMENTO**

**7.1-** Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** encaminhará os documentos de cobrança para a **Comissão de Fiscalização**.

**7.2-** Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela Tesouraria do **CONTRATANTE**, com base nos serviços efetivamente executados e medidos,

mediante a comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes aos serviços prestados, observando-se, no que couber, o previsto na Ordem de Serviço GP Nº 02/2001 do **CONTRATANTE**;

**7.2.1-** Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária, em nome da **CONTRATADA** no Banco do Brasil S.A., em **15** (quinze) **dias** após a emissão do(s) **Atestado(s) de Realização dos Serviços** ou do **Termo de Recebimento Provisório**, conforme o caso, desde que tenha sido certificado pela **Comissão de Fiscalização** o recolhimento dos encargos e tributos referidos na **Cláusula 7.2.**

**7.3-** A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

**7.4-** Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

**7.5-** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

**7.6-** Havendo divergência ou erro na emissão da documentação fiscal, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação fiscal.

**7.7-** Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitada à **CONTRATADA**, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para a **Comissão de Fiscalização** no prazo de **2** (dois) **dias**.

**7.8-** Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

**7.9-** Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no “Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo - **CADIN ESTADUAL**”.

**7.10-** Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis.

**7.11-** No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de **recuperação judicial**, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

**7.12-** A não apresentação da comprovação de que trata a **cláusula anterior** assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

**7.13-** Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **CONTRATADA**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

**7.14-** Não serão consideradas como atraso no pagamento as retenções efetuadas em virtude da aplicação da **Resolução nº 6, de 18 de setembro de 2020**.

## **CLÁUSULA OITAVA** **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das disposições constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital, a **CONTRATADA** obriga-se a:

**8.1-** Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, bem como pelo fornecimento dos materiais, nas condições previstas no Edital e legislação vigente;

**8.2-** Observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas quando da realização dos serviços que são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

**8.3-** Zelar pela disciplina nos locais dos serviços, retirando qualquer funcionário considerado como de conduta inconveniente pela **Comissão de Fiscalização**.

**8.4-** A guarda das ferramentas, equipamentos e materiais da **CONTRATADA**, ou fornecidos pela **CONTRATADA** são de sua própria responsabilidade. O **CONTRATANTE** não se responsabiliza por eventuais danos ou desaparecimentos ocorridos em suas dependências.

**8.5-** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e outros resultantes da execução deste contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato.

**8.6-** Apresentar à **Comissão de Fiscalização**, quando solicitada, comprovantes de pagamento de salários, apólices de seguro contra acidentes de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços deste contrato.

**8.7-** Responder e responsabilizar-se pela **prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades** e de seus funcionários quando na realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

**8.8-** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

**8.9-** Atender, **no que couber**, aos dispositivos da Ordem de Serviço GP nº 02/2001 do **CONTRATANTE**, publicada no DOE em 30/05/2001.

**8.10-** A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

**8.11-** Fornecer toda mão de obra necessária para desempenho dos serviços.

**8.12-** Manter, durante toda a execução deste contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade.

**8.13-** Refazer os serviços considerados inadequados pela **Comissão de Fiscalização**.

**8.14-** Cumprir os termos do presente contrato e do Edital e seus anexos, na estrita observância da legislação pertinente em vigor.

**8.15-** Fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente;

**8.15.1-** Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e com Certificado de Aprovação (CA) válido;

**8.15.2-** Apresentar a documentação à **Comissão de Fiscalização**.

**8.16-** Arcar com os custos pela realização de testes e ensaios (*"in loco"* ou em laboratório), quando necessários, requeridos pelas normas técnicas ou demandados pela **Comissão de Fiscalização**, para comprovação de qualidade.

**8.17-** Solicitar autorização prévia por escrito sempre que houver necessidade de trabalhos extraordinários após o horário estipulado ou em finais de semana e feriados, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**.

**8.18-** A **CONTRATADA** em situação de **recuperação judicial** deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial sempre que solicitada pela **Comissão de Fiscalização** e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à **Comissão de Fiscalização**.

## **CLÁUSULA NONA** **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Além das disposições constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, o **CONTRATANTE** obriga-se a:

9.1- Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

9.2- Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato por uma **Comissão de Fiscalização** formalmente designada.

9.3- Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços.

### CLÁUSULA DÉCIMA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1- As partes deverão observar as disposições da **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)**, e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA RESCISÃO E SANÇÕES

11.1- O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, autorizam, desde já, o **CONTRATANTE** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

11.2- Aplicam-se a este contrato as sanções estipuladas nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e na Resolução nº 6, de 18 de setembro de 2020, do **CONTRATANTE**, que a **CONTRATADA** declara conhecer integralmente.

11.3- No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá os direitos do **CONTRATANTE** de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

11.4- A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

11.5- A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

11.6- No caso de a **CONTRATADA** encontrar-se em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA FORO**

**12.1-** O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.

**P/ CONTRATANTE**

**P/ CONTRATADA**

**Testemunhas**

**ANEXO AO CONTRATO**

**PLANILHA DE PREÇOS**

**SEI - PROCESSO nº 13071/2022-96**

|  |   |  |
|--|---|--|
| <b>OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva das cabines de força dos prédios Sede e Anexo II do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP</b> |  | <b>TRIBUNAL DE CONTAS<br/>DO ESTADO DE SÃO PAULO</b> |
|--|---|--|

| ITEM     | SERVIÇOS  | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |          |             |      |
|----------|---|----------------|-----|---------------|-------------|----------|-------------|------|
|          |   |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |             | SOMA |
|          |   |                |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra |      |
| <b>1</b> | <b>Quadro Geral e demais quadros do prédio Sede/Anexo I</b>   |                |     |               |             |          |             |      |
| 1.1.1    | Procedimentos de segurança.   | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| 1.1.2    | Limpeza geral dos painéis elétricos e componentes; Verificação funcional das fechaduras e portas/tampas, organização do cabeamento. | m <sup>2</sup> | 20  |               |             |          |             |      |
| 1.1.3    | Verificação do funcionamento das chaves seletoras.  | u              | 8   |               |             |          |             |      |
| 1.1.4    | Verificação do funcionamento dos disjuntores.   | u              | 44  |               |             |          |             |      |
| 1.1.5    | Verificação do funcionamento dos circuitos de controle e sinalização.   | u              | 13  |               |             |          |             |      |
| 1.2      | Manutenção corretiva em disjuntor modelo GSH400 com a substituição da alavanca de manobra de acionamento automático                 | u              | 1   |               |             |          |             |      |

| ITEM     | SERVIÇOS   | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |          |             |      |
|----------|--|----------------|-----|---------------|-------------|----------|-------------|------|
|          |  |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |             | SOMA |
|          |  |                |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra |      |
| <b>2</b> | <b>Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Sede/Anexo I</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 2.1      | Manutenção preventiva dos disjuntores tipo caixa aberta motorizados, marca Beghim, modelo DM, série Dimatic.   | u              | 14  |               |             |          |             |      |
| 2.2      | Manutenção corretiva em disjuntores modelo DM-3 que apresentam defeitos no carregamento das molas (automático e manual) e falhas no comando e sinalização. | u              | 3   |               |             |          |             |      |
| <b>3</b> | <b>Barramento Busway do prédio Sede/Anexo I</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 3.1      | Manutenção preventiva e preditiva no barramento metálico tipo busway, incluindo as caixas de derivação.  | m              | 50  |               |             |          |             |      |
| <b>4</b> | <b>Transformadores do prédio Sede/Anexo I</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 4.1      | Manutenção preventiva dos transformadores.   | u              | 3   |               |             |          |             |      |
| <b>5</b> | <b>Quadro Geral e demais quadros do prédio Anexo II</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 5.1.1    | Procedimentos de segurança.  | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| 5.1.2    | Limpeza geral dos painéis elétricos e componentes; Verificação funcional das fechaduras e portas/tampas, organização do cabeamento.                        | m <sup>2</sup> | 8   |               |             |          |             |      |
| 5.1.3    | Aferição dos instrumentos de medição e verificação do funcionamento das chaves seletoras.  | u              | 7   |               |             |          |             |      |
| 5.1.4    | Verificação do funcionamento das chaves seccionadoras.   | u              | 4   |               |             |          |             |      |
| 5.1.5    | Verificação do funcionamento do disjuntor e dispositivos auxiliares.   | u              | 1   |               |             |          |             |      |
| <b>6</b> | <b>Disjuntores de caixa aberta motorizados do prédio Anexo II</b>  |                |     |               |             |          |             |      |
| 6.1      | Manutenção preventiva dos disjuntores tipo caixa aberta motorizados, marca Beghim, modelo DM, série Dimatic.   | u              | 4   |               |             |          |             |      |
| <b>7</b> | <b>Fornecimento de equipamentos e peças de reposição</b>   |                |     |               |             |          |             |      |

| ITEM  | SERVIÇOS   | Unidade        | QTD | VALORES (R\$) |             |                 |                    |             |
|---|--|----------------|-----|---------------|-------------|-----------------|--------------------|-------------|
|   |  |                |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL           |                    | SOMA        |
|   |  |                |     | Material      | Mão de Obra | Material        | Mão de Obra        |             |
| 7.1.1   | Sinalizadores.   | u              | 26  |               |             |                 |                    |             |
| 7.1.2   | Instrumento de medição digital.  | u              | 9   |               |             |                 |                    |             |
| 7.1.3   | Placa de identificação em acrílico.  | u              | 3   |               |             |                 |                    |             |
| 7.1.4   | Resistores dos disjuntores.  | u              | 5   |               |             |                 |                    |             |
| 7.1.5   | Botoeiras.   | u              | 2   |               |             |                 |                    |             |
| 7.1.6   | Fusíveis diazed.   | u              | 5   |               |             |                 |                    |             |
| 7.1.7   | Fusíveis NH.   | u              | 10  |               |             |                 |                    |             |
| <b>8</b>  | <b>Fornecimento e instalação de plataforma metálica</b>  |                |     |               |             |                 |                    |             |
| 8.1   | Fornecimento e instalação de plataforma com piso em chapa xadrez de alumínio montada sobre estrutura de aço galvanizado. | m <sup>2</sup> | 2,3 |               |             |                 |                    |             |
| 8.2   | Fornecimento de tapete isolante elétrico, classe 4.  | m <sup>2</sup> | 2,3 |               |             |                 |                    |             |
| <b>9</b>  | <b>Relatório técnico e ART</b>   |                |     |               |             |                 |                    |             |
| 9.1   | Emissão de relatório técnico.  | u              | 1   |               |             |                 |                    |             |
| 9.2   | Emissão de ART.  | u              | 1   |               |             |                 |                    |             |
| <b>10</b>   | <b>Limpeza da obra</b>   |                |     |               |             |                 |                    |             |
| 10.1  | Limpeza diária e final.  | m <sup>2</sup> | 130 |               |             |                 |                    |             |
| <b>VALOR TOTAL GERAL DO ITEM ÚNICO, SEM BDI (R\$)</b> |  |                |     |               |             | <b>Material</b> | <b>Mão de Obra</b> | <b>Soma</b> |
|   |  |                |     |               |             |                 |                    |             |
|   |  |                |     |               |             |                 | <b>BDI (R\$)</b>   |             |

| ITEM  | SERVIÇOS | Unidade | QTD | VALORES (R\$) |             |          |             |      |
|---|----------|---------|-----|---------------|-------------|----------|-------------|------|
|   |          |         |     | UNITÁRIO      |             | TOTAL    |             | SOMA |
|   |          |         |     | Material      | Mão de Obra | Material | Mão de Obra |      |
| <b>VALOR TOTAL GERAL DO ITEM ÚNICO, COM BDI (R\$)</b> |          |         |     |               |             |          |             |      |

**ANEXO IV - MODELO ARQUIVO DECLARAÇÕES  
(FASE HABILITAÇÃO)  
PREGÃO ELETRÔNICO nº 51/23- TCESP**

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), participante do PREGÃO ELETRÔNICO nº 51/23, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, **DECLARO**, sob as penas da lei:

**a) Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;**

**b) Que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;**

**c) Estar ciente de que registro(s) no CADIN ESTADUAL (Lei Estadual nº 12.799/08) impede(m) a contratação com este Tribunal de Contas;**

**d) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao TCESP, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo / DOE-TCESP (endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>);**

**e) Para o caso de empresas em recuperação judicial:** estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

**f) Para microempresas ou empresas de pequeno porte:** Que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

**g) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Havendo divergência entre a descrição do serviço existente no Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;**

**h) Estar ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha**

acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;

i) Que a empresa não se encontra em regime de recuperação extrajudicial.

São Paulo, ..... de ..... de 2024.

---

Nome e assinatura do representante legal  
RG nº.....  
E-mail.....

**ANEXO V**  
**ORDEM DE SERVIÇO GP Nº 02/2001**

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, PODER LEGISLATIVO, EM 30/05/2001, PÁG. 35.  
TCA - 29.863/026/00

**Regulamenta**, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, o parágrafo 2º do artigo 71 da Lei Federal 8666/93, com a redação determinada pela Lei nº 9032, de 28.04.95.

**O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 2º, inciso XXIII da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, c/c o artigo 24 do Regimento Interno;

**Considerando** o disposto no artigo 23 da Lei nº 9711, de 20.11.98, que alterou a redação do artigo 31 da Lei nº 8212, de 24.07.91;

**Considerando** as normas do Decreto nº 3.048, de 06.05.99, que “Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências”, especialmente aquelas previstas em seu artigo 219 e §§;

**Considerando** o dever imposto por tais normas à Administração; e

**Considerando**, finalmente, caber à Administração exigir do contratado a comprovação do adimplemento das obrigações previdenciárias relativas ao objeto da avença, de modo a prevenir eventual responsabilidade solidária que, quanto a estas, lhe possa recair;

**RESOLVE**

**Regulamentar** o artigo 71, § 2º da Lei Federal nº 8666/93, com a redação determinada pela Lei 9032/95, nos rigorosos termos que seguem, aplicáveis aos contratos em que este Tribunal figurar como Contratante.

**Art. 1º** - Por força do contido no artigo 31 e §§ da Lei nº 9711/95, c/c o artigo 219, § 3º do Decreto 3048/99, este Tribunal deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação dos serviços ali enumerados, para recolhimento, no prazo legal e regulamentar, em nome da Empresa contratada.

**Art. 2º** - Não se emitirá atestado de realização dos serviços sem prévia verificação, pelo Gestor do Contrato, do efetivo cumprimento das regras desta Ordem de Serviço.

**Parágrafo Único** – O atestado a que se refere o caput será assinado por todos os membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, incluído o gestor.

**Art. 3º** - A Contratada deverá apresentar para a Comissão de Fiscalização:

I- Cópia autenticada da carteira de trabalho, devidamente registrada, dos empregados que prestam serviços vinculados ao contrato.

II- Inscrição dos empregados e respectivos recolhimentos mensais previdenciários.

III- Comprovante dos recolhimentos regulares do FGTS.

IV- Comprovações de:

- a) EPI's – Equipamento de proteção individual
- b) Saúde Ocupacional
- c) Seguro de Vida
- d) Uniforme de Empresa

**Art. 4º** - No caso de contratação envolvendo execução de obras:

I- Incumbe à Contratada, juntamente com a Comissão Técnica de Fiscalização, providenciar:

- a) inscrição da obra no posto do INSS, e informação sobre o valor para obtenção da CND – Certidão Negativa de Débitos da obra Contratada.
- b) Cadastro da obra e Alvará de Construção junto à Municipalidade.
- c) Custo previsto do ISS – Imposto sobre Serviço

II- A Contratada providenciará, durante a execução contratual, comprovantes de:

- a) Recolhimento de caução, ou, no caso de aditamento, sua complementação, quando exigida a garantia.
- b) Recolhimentos de seguros de Riscos de Engenharia, de Vida e outros previstos contratualmente.
- c) Recolhimento da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (para projetos, obras, etc.).
- d) Recolhimento mensal do ISS para fins de “Habite-se”.

**Parágrafo Único** – Somente se emitirá Termo de Recebimento Definitivo da obra mediante obtenção e apresentação, pela Contratada, da CND e do Habite-se.

**Art. 5º** - Os instrumentos convocatórios deverão, doravante, obrigatoriamente, fazer menção a esta Ordem de Serviço para que dela tenham ciência os interessados em contratar com o Tribunal.

**Art. 6º** - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo das disposições constantes das Ordens de Serviço 1/83 e 1/89, revogadas as disposições em contrário.

## ANEXO VI RESOLUÇÃO Nº 6/2020

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, PODER LEGISLATIVO, EM 19/09/20, PÁG. 26.

TC-A-16.529/026/93

SEI Nº 009648/2020-01

Fixa regras destinadas a regulamentar a aplicação de sanções e as hipóteses de rescisão contratual, além de definir competências na condução dos processos administrativos sancionatórios, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, constantes do inciso II do artigo 3º e artigo 8º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, bem como do artigo 251 do Regimento Interno, e na conformidade do previsto na alínea "a" do inciso IV do artigo 114 deste mesmo diploma legal:

**Considerando** a competência para expedir normas destinadas à realização de seus procedimentos licitatórios;

**Considerando** a necessidade de regulamentar a aplicação de penalidades em casos de descumprimento de obrigações por seus fornecedores;

**Considerando** o que dispõem os artigos 77, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 109 e 115 da Lei nº 8.666/93, bem como os artigos 7º e 9º da Lei nº 10.520/02;

**Considerando** as competências atribuídas na Resolução nº 4/97, alterada pelas Resoluções nº 7/97 e nº 02/2018;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Este instrumento visa regulamentar a aplicação de sanções e as hipóteses de rescisão contratual, além de definir competências na condução dos processos administrativos sancionatórios inerentes aos procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia, bem como nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação e outros que tratem do estabelecimento de obrigações entre este Tribunal de Contas e terceiros.

**Art. 2º.** Nos casos de inexecução parcial ou total do contrato ou de descumprimento de quaisquer obrigações por parte das contratadas ou de quem mantenha vínculo obrigacional para com este Tribunal de Contas, respeitados o contraditório e a ampla defesa e mediante instauração de procedimento administrativo sancionatório, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, nos termos, respectivamente, dos incisos I a IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º - Em se tratando de pregão, a penalidade prevista no inciso III poderá ser de até 5 anos, nos termos previstos no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, aplicando-se, ainda, subsidiariamente, as normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93, nos termos do artigo 9º daquele diploma legal.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III, IV e § 1º deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem embargo da hipótese prevista no § 6º do artigo 7º desta Resolução.

§ 3º - O valor correspondente à multa aplicada deverá ser descontado dos montantes retidos preventivamente nos termos do artigo 4º e, quando houver, da caução prestada, nesta ordem.

§ 4º - Havendo mais de uma modalidade de garantia da execução contratual, a caução em dinheiro será executada preferencialmente às outras modalidades.

**Art. 3º.** As sanções previstas nesta Resolução serão aplicadas na seguinte conformidade:

I – os casos de descumprimento contratual de natureza leve e de menor potencial ofensivo, nos quais a contratada (ainda que tenha adotado medidas corretivas) mereça ser repreendida e/ou alertada de que a reincidência implicará penalidade de maior gravame, ensejarão advertência;

II - o atraso injustificado na execução do contrato de prestação de serviços, na execução de obra ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado:

a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;



**b)** superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à da alínea “a”;

**c)** após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no inciso III, cumulativamente a este.

**III** – a inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, relacionadas quer à entrega do objeto, quer à de documentos exigidos no edital, submeterá a contratada:

**a)** aplicação de multa correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

**b)** pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**IV** – a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do Tribunal de Contas caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

**a)** multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato; ou,

**b)** pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;

**c)** impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos. Caso a modalidade adotada tenha sido o pregão, aplicar-se-á o disposto no §1º do artigo 2º desta Resolução.

**V** – a entrega de documentação falsa, o retardamento imotivado da execução contratual, o comportamento inidôneo e a fraude, trabalhista ou fiscal, implicarão a emissão da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a quem lhe der causa, observado o disposto no inciso IV e §3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**§ 1º** - O atraso de que trata o inciso II será contado a partir do primeiro dia útil de expediente deste Tribunal de Contas, subsequente ao término do prazo estabelecido para entrega do material, execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

**§ 2º** - Configurada a prática de ilícito durante o certame ou execução contratual (inciso V), será encaminhada nota de conhecimento ao Ministério Público Estadual.

**Art. 4º.** Caracterizado o atraso injustificado da obrigação ou a inexecução parcial, o Tribunal de Contas reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

**§ 1º** - Caso o Tribunal de Contas decida pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada corrigido pelo IPC-FIPE.

**§ 2º** - Poderá o Tribunal de Contas converter a multa aplicada em advertência, caso o valor afigure-se ínfimo, assim considerados aqueles inferiores a 10 (dez) UFESPs.

**Art. 5º.** O pedido de prorrogação para a execução do objeto deve ser apresentado, com as devidas justificativas, dentro dos prazos fixados pela Administração, em edital, contrato ou documento equivalente.

**Art. 6º.** O material não aceito e/ou o serviço executado em desacordo com o estipulado deverá ser substituído ou corrigido dentro do prazo fixado, contado do recebimento da comunicação da recusa.

Parágrafo único – A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas na presente Resolução, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

**Art. 7º.** As competências para condução do procedimento administrativo, configuração da infração, notificação da contratada e aplicação de sanções são definidas na seguinte conformidade:

**I** – a instauração do procedimento administrativo sancionatório se dá mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, ao Departamento Geral de Administração (DGA), sem embargo da possibilidade de instauração, de ofício, por este;

**II** – uma vez instaurado o procedimento administrativo, o DGA notificará os responsáveis para apresentação de defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos e para os fins do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 7º da Lei nº 10.520/02, a qual deverá ser submetida, devidamente instruída, ao Gabinete Técnico da Presidência (GTP) para fins de avaliação do seu processamento;

**III** – rejeitada a defesa, o DGA aplicará a sanção nos termos da legislação vigente;

**IV** - da decisão que aplicar penalidade cabe recurso à autoridade sancionadora, no prazo de 5 dias úteis a contar da intimação do ato; a qual poderá reconsiderar sua decisão, em idêntico prazo, ou fazê-lo subir à Presidência, devidamente instruído, para apreciação e julgamento;

**V** – na contagem dos prazos para defesa prévia e recurso, sempre em dias úteis, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término, somente iniciando ou vencendo em dias de expediente do Tribunal de Contas.

**§ 1º** – a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, cominada ou não com outras penalidades, observará as disposições contidas no inciso IV e § 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e será de competência exclusiva do Presidente do Tribunal de Contas, a



quem o procedimento administrativo instaurado deverá ser encaminhado devidamente instruído pelo DGA, cabendo recurso ao Tribunal Pleno;

**§ 2º** - A intimação dos atos referidos nos incisos II (defesa prévia), III (aplicação de sanção) e IV (julgamento do recurso) deste artigo será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação, por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) nele indicado(s), o(s) qual(is) deve(m) ser mantido(s) atualizado(s) para os fins a que se destina(m).

**§ 3º** - Nos processos eletrônicos instaurados neste Tribunal, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - O recurso de que trata o inciso IV deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir apenas o efeito devolutivo, exclusivamente para a penalidade que envolver a interrupção ou suspensão da execução contratual.

**§ 5º** - Nos casos de aceitação da defesa prévia, de juízo de retratação pela autoridade sancionadora ou de provimento do recurso, dar-se-á continuidade à execução contratual, mesmo na hipótese em que eventualmente a mesma tenha sido suspensa ou interrompida preventivamente.

**§ 6º** - Independentemente da instauração de procedimento administrativo sancionatório, o DGA poderá determinar, mediante comunicação expressa dos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando presentes indícios de que sua continuidade possa acarretar encargo, prejuízo ou dano que supere o direito do contratado permanecer na execução.

**§ 7º** - Quando as sanções previstas no artigo 2º não forem aplicadas pelo Presidente do Tribunal de Contas, a ele será dada ciência do apenamento, após transcorrido o prazo sem a interposição de recurso e antes da fase de execução da decisão.

**Art. 8º.** Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para a cobrança judicial.

**Art. 9º.** Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP e, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais.

**Art. 10.** As disposições contidas na presente Resolução não impedem que a Presidência do Tribunal de Contas decida pela rescisão do contrato, quando verificadas as hipóteses contidas nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, tampouco pelo ajuizamento de ações de ressarcimento na esfera civil.

**Art. 11.** A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos ou os instrumentos equivalentes.

**Art. 12.** Infrutífera a intimação a que se refere o § 2º do artigo 7º, sua repetição será efetuada por meio do DOE, por 03 (três) vezes consecutivas.

**Art. 13.** Os casos omissos serão solucionados pelo Presidente mediante a aplicação das regras dispostas em norma geral, ouvido o Tribunal Pleno, quando for o caso.

**Art. 14.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções nº 05/93 e 03/08, bem como outras disposições regulamentares a ela contrárias.